

DIÁRIO

da Assembleia da República

/ LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1987-1988)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 4 DE MARÇO DE 1988

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

José Carlos Pinto Basto da Mota Torres

Apolónia Maria Pereira Teixeira

Daniel Abílio Ferreira Bastos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos. Em sessão de perguntas ao Governo, usaram da palavra, além dos Srs. Ministros dos Negócios Estrangeiros (João de Deus Pinheiro), Adjunto e da Juventude (Couto dos Santos) e da Educação (Roberto Carneiro) e dos Srs. Secretários de Estado da Construção e Habituação (Elias da Costa) e do Ambiente e dos Recursos Naturais (Macário Correia), os Srs. Deputados Carlos Carvalhas (PCP), Poças Santos (PSD), Isabel Espada (PRD), Sotomayor Cardia (PS), Nogueira de Brito (CDS), Lopes Cardoso (PS), Herculano Pombo (Os Verdes) e Vasco Miguel (PSD).
O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 55 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):
 Abílio de Mesquita Araújo Guedes.
 Adão José Fonseca Silva.
 Adérito Manuel Soares Campos.
 Alberto Cerqueira de Oliveira.
 Alberto Monteiro de Araújo.
 Alexandre Azevedo Monteiro.
 Américo de Sequeira.
 António Abílio Costa.
 António Augusto Ramos.
 António Costa de A. de Sousa Lara.
 António Fernandes Ribeiro.
 António Joaquim Correia Vairinhos.
 António Maria Oliveira de Matos.
 António Paulo Martins Pereira Coelho.
 António Sérgio Barbosa de Azevedo.
 António da Silva Bacelar.
 Aristides Alves do Nascimento Teixeira.
 Armando Manuel Pedroso Militão.
 Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.
 Belarmino Henriques Correia.
 Carlos Manucl Duarte Oliveira.
 Carlos Manuel Oliveira da Silva.
 Carlos Manuel Sousa Encarnação.
 Carlos Sacramento Esmervaldo.
 Casimiro Gomes Pereira.
 César da Costa Santos.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Daniel Abílio Ferrreira Bastos.
 Domingos Duarte Lima.
 Domingos da Silva e Sousa.
 Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.
 Ercília Domingos M. P. Ribeiro da Silva.
 Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.
 Fernando Barata Rocha.
 Fernando Dias de Carvalho Conceição.
 Fernando José Antunes Gomes Pereira.
 Fernando José R. Roque Correia Afonso.
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Filipe Manucl Silva Abreu.
 Francisco João Bernardo da Silva.
 Gilberto Parca Madail.
 Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
 Hilário Torres Azevedo Marques.
 Jaime Carlos Marta Soares.
 João Álvaro Poças Santos.
 João Costa da Silva.
 João Domingos F. de Abreu Salgado.
 João Granja Rodrigues da Fonseca.
 João José Pedreira de Matos.
 João José da Silva Maçãs.
 João Manucl Ascenção Belém.
 João Soares Pinto Montenegro.
 Joaquim Fernandes Marques.
 Joaquim Vilcila de Araújo.
 Jorge Paulo Scabra Roque da Cunha.
 José Alberto Puig dos Santos Costa.
 José de Almeida Cesário.
 José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
 José António Coito Pita.
 José Assunção Marques.

José Augusto Ferreira de Campos.
 José Augusto Santos Silva Marques.
 José Francisco Amaral.
 José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.
 José Lapa Pessoa Paiva.
 José Leite Machado.
 José Luís Bonifácio Ramos.
 José Luís Campos Vieira de Castro.
 José Luís de Carvalho Lalanda Ribeiro.
 José Manucl Rodrigues Casqueiro.
 José Manuel da Silva Torres.
 José Mendes Bota.
 José de Vargas Bulcão.
 Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.
 Liberal Correia.
 Licínio Moreira da Silva.
 Luís Amadeu Barradas Amaral.
 Luís António Damásio Capoulas.
 Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.
 Luís Filipe Meneses Lopes.
 Luís da Silva Carvalho.
 Manucl António Sá Fernandes.
 Manucl Coelho dos Santos.
 Manuel João Vaz Freixo.
 Manuel Joaquim Dias Loureiro.
 Manuel José Dias Soares Costa.
 Maria Assunção Andrade Esteves.
 Maria da Conceição U. de Castro Pereira.
 Maria Luisa Lourenço Ferreira.
 Maria Natalina Pessoa Milhano Pintão.
 Mary Patrícia Pinheiro Correia e Lança.
 Mário Ferreira Bastos Raposo.
 Mário de Oliveira Mendes dos Santos.
 Mateus Manucl Lopes de Brito.
 Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.
 Paulo Manuel Pacheco Silveira.
 Rui Gomes da Silva.
 Rui Manucl P. Chancerelle de Machete.
 Valdemar Cardoso Alves.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Vítor Pereira Crespo.
 Virgílio de Oliveira Carneiro.

Partido Socialista (PS):

Afonso Sequeira Abrantes.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Manucl Avelino.
 Alberto de Sousa Martins.
 António de Almeida Santos.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Fernandes Silva Braga.
 António Manucl Carvalho Vitorino.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Carlos Cardoso Lage.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damião Vicira.
 Fernando Ribeiro Moniz.
 Francisco Fernando Osório Gomes.
 Helder Oliveira dos Santos Filipe.
 Helena de Melo Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Rosado Correia.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Jorge Lacão Costa.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Barbosa Mota.
 José Carlos P. Basto da Mota Torres.

José Ernesto Figueira dos Reis.
 José Florêncio B. Castel Branco.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Maria Julieta Ferreira B. Sampaio.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Raul Manuel Bordalo Junqueiro.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favares Brasileiro.
 António José Monteiro Vidigal Amaro.
 Apolónia Maria Pereira Teixeira.
 Carlos Alfredo do Vale Gomes Carvalhas.
 Fernando Manuel Conceição Gomes.
 Jerónimo de Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 Jorge Manuel Abreu Lemos.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Santos Magalhães.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel Loureiro Roque.
 Manuel Anastácio Filipe.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Rogério Paulo S. de Sousa Moreira.

Partido Renovador Democrático (PRD):

António Alves Marques Júnior.
 José da Silva Lopes.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 José Luís Nogueira de Brito.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):

Herculano da Silva P. Marques Sequeira.

Agrupamento Intervenção Democrática (ID):

João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 Raul Fernandes de Moraes e Castro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos dar início ao período da ordem do dia de hoje, que é preenchido com perguntas ao Governo.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para intercalar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, tendo em conta que ontem foi feita uma acusação de fraude — embora sem nomeação da pessoa —, por razões práticas, a quem estava ligado ao processo (essa acusação de eventual fraude recaiu sobre mim), solicito a V. Ex.^a que, não havendo objecções da parte de nenhuma bancada, se constituísse um grupo de inquérito, permita-me que lhe chame assim, formado por um membro da cada grupo parlamentar.

Trata-se de um grupo de inquérito que fará uma averiguação rápida, mas, de qualquer modo, se houver objecção por parte de alguma bancada, solicito que se constitua uma comissão de inquérito. De qualquer forma, se todos os grupos parlamentares privilegiarem a celeridade deste caso, suponho que não colocarão qualquer objecção.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, farei as diligências necessárias junto dos grupos parlamentares e, depois dar-lhe-ei a resposta.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, inscrevo-me para intercalar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, desculpe-me, mas penso que o Sr. Deputado Narana Coissoró pediu a palavra antes de mim.

O Sr. Presidente: — Tem razão. Peço desculpa ao Sr. Deputado Narana Coissoró, pois a Mesa não se tinha apercebido de que o pedido da palavra era ao abrigo da mesma figura regimental.

Tem, pois, V. Ex.^a a palavra Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, ontem, nas reuniões da conferência de líderes e da Comissão de Regimento e Mandatos, este assunto da fraude ficou perfeitamente esclarecido para o CDS.

Depois do esclarecimento que foi dado nessas duas reuniões, continuaram os trabalhos, e penso que trazer novamente este assunto ao Plenário e fazer um inquérito, que naturalmente o PSD votará contra, não tem, do nosso ponto de vista, razão de ser.

Do ponto de vista do CDS pensamos que não deve haver qualquer nova tentativa de esclarecimento, porque já estamos suficientemente esclarecidos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso para intercalar a Mesa. No entanto, peço-lhe que seja breve.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Será breve, Sr. Presidente. Na sequência da interpelação que foi feita pelo Sr. Deputado Silva Marques, gostaria de dizer que, neste momento, importa pouco a posição do PS quanto a esta matéria, ou seja, se entende ou deixa entender que a situação está esclarecida.

Penso que depois do que se passou o único juiz nesta matéria dever ser o Sr. Deputado Silva Marques, e, se ele entende que a Assembleia deve inquirir sobre esta matéria, o PS dará todo o apoio a essa sua solicitação.

Julgo que este é o caminho correcto, sem entrar agora no mérito da questão, para discutir, esclarecer e aprofundar as coisas que se passam no exercício das funções dos deputados nesta Assembleia. Repito, pois, que este é o caminho correcto, mas, infelizmente, nem sempre é este o caminho seguido por todos, como já ontem tivemos ocasião de o dizer aqui.

Se o Sr. Deputado Silva Marques, porventura, acionar os mecanismos de inquérito, tem todo o apoio do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como já referi, farei as diligências necessárias e, oportunamente, darei delas conhecimento à Câmara.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interolar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Presidente, aceitaremos todas as diligências possíveis e imaginárias que V. Ex.^a entenda promover, organizar ou aceitar em relação à sugestão do Sr. Deputado Silva Marques, mas gostaria de exprimir algumas opiniões.

Ontem, quer no âmbito da conferência de líderes, quer na reunião da Comissão de Regimento e Mandatos (à qual o Sr. Deputado Silva Marques não assistiu), e, mais tarde, aqui no Plenário, tivemos ocasião de abordar os aspectos fulcrais que parecem perturbar o Sr. Deputado Silva Marques. Naturalmente que esse exame poder ser aprofundado.

No entanto, pela nossa parte, tínhamos entendido que o anúncio feito pelo Sr. Deputado Montalvão Machado, presidente da Comissão de Regimento e Mandatos, de que haveria uma retirada — como de resto houve, historicamente! — dos anexos que suscitavam a questão por nós levantada (em relação à qual naturalmente mantemos aquilo que afirmámos) representava o encerramento dessa questão, retirando cada um as implicações adequadas e existindo a documentação que cada um pode examinar. Parece-me, pois, que há uma certa descoordenação.

Em todo o caso, devo dizer que há documentos e há, naturalmente, os poderes e as competências que V. Ex.^a não deixará de exercer.

Pela nossa parte, estamos completamente disponíveis para todas as diligências e discussões, mas não nos parece que elas possam ser sumárias. Neste caso, parece-nos que a diligência é suficientemente expedita, pois o Sr. Presidente Montalvão Machado anunciou que discutiria esta questão no âmbito da Comissão de Regimento e Mandatos. Entendemos que essa discussão não deverá ser sumária, mas sim aprofundada, e, nesse caso, V. Ex.^a terá o nosso acordo.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interolar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, só para dizer que, havendo objecções quanto à constituição de um grupo de inquérito (tal como sugeri), ...

O Sr. Naran Coissoró (CDS): — Há a objecção do meu grupo parlamentar.

O Orador: — ... solicito que se inquire, nos termos regimentais, sobre a questão que ontem foi levantada.

O Sr. Raul Castro (ID): — Sr. Presidente, peço a palavra para interolar a Mesa em matéria diferente da que está a ser discutida.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Raul Castro (ID): — Sr. Presidente, naturalmente causará estranheza que nesta sessão não apareça nenhuma pergunta da Intervenção Democrática nas diferentes perguntas ao Governo da diversas forças políticas.

Gostaria de explicar que a Intervenção Democrática apresentou uma pergunta sobre o índice de preços no consumidor. Entretanto, na passada terça-feira, o Sr. Mi-

nistro dos Assuntos Parlamentares explicou-nos que, encontrando-se ausente o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território e não tendo este delegado competências, o Governo não podia responder à pergunta que formulámos.

Adiantou, ainda, o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares que o Governo apenas podia garantir respostas respeitantes a três áreas que eram, salvo erro, as da juventude, ambiente e reforma do ensino, correspondentes à presença no Plenário de três membros do Governo.

Em face desta lamentável coincidência, da ausência do Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território e, ainda, da pior coincidência de ele não ter delegado competências, ficámos impossibilitados de perguntar sobre algumas matérias respeitantes ao índice geral dos preços. Considerámos que se nos subordinássemos a três áreas previamente indicadas pelo Governo estaríamos, em meu entender, a alterar as regras do processo de perguntas e, por isso, resolvemos não fazer nenhuma pergunta.

Gostaria de acrescentar que é pena que, tendo o Governo, entre ministros e secretários de Estado, 51 elementos tenha sido precisamente em relação a esta pergunta concreta que esteja impossibilitado de responder.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (António Capucho): — Sr. Presidente, peço a palavra para interolar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, o esclarecimento prestado à Câmara pelo Sr. Deputado Raul Castro é insuficiente e parcial. Com a devida vénia, gostaria de repor a verdade dos factos.

O prazo para a apresentação de perguntas ao Governo para esta sessão terminou na passada sexta-feira. A Intervenção Democrática, sabendo que o Governo tem a capacidade regimental de escolher, entendeu, como tem entendido até hoje, apenas apresentar uma pergunta. Até hoje foi possível responder a essa pergunta da Intervenção Democrática. Porém, tal não foi possível para esta sessão, pelo simples facto de (como disse e bem o Sr. Deputado Raul Castro) o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território não estar em Lisboa e, portanto, não poder responder, dado que não delegou competências em matéria subjacente à pergunta feita — outro tipo de competências terá delegado, porque há três Secretários de Estado no Ministério.

O Governo podia, pura e simplesmente, informar o Sr. Presidente que não respondia a perguntas da ID. No entanto, assim não o fez, e na terça-feira seguinte referi ao Sr. Deputado Raul Castro os factos que acabei de apontar, acrescentando que a ID poderia, no entanto, já depois de expirado o prazo, apresentar as perguntas que entendesse, designadamente aos membros do Governo que eu já tinha a garantia que aqui estariam presentes. Portanto, não fechei nenhuma porta em relação a outras perguntas, embora à partida não pudesse garantir a resposta, designadamente, dada a escassez de tempo.

Parcorre-me que se a ID não tem perguntas a fazer ao Governo ...

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Tem, tem!

O Orador: — ... sobre a matéria que tem a ver com política externa, ambiente, juventude, comunicação social, habitação e construção, então aí o problema já não é do Governo.

Aplausos do PSD.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, agradecia que me dissesse concretamente qual o objecto da sua interpelação.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Presidente, era minha intenção fazer uma interpelação à Mesa imediatamente antes da minha pergunta. No entanto, gostaria de a fazer agora, uma vez que a questão que quero colocar já foi levantada.

Como da parte do meu grupo parlamentar há elementos que gostaria de fornecer ao Sr. Presidente, bem como solicitar que se crie um mecanismo que obvie a que casos destes continuem a verificar-se, gostaria que o Sr. Presidente me permitisse fazer uma interpelação para que a Mesa possa ajuizar da sua razoabilidade.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Presidente, já na anterior sessão de perguntas ao Governo o meu grupo parlamentar apresentou nada mais nada menos do que quatro perguntas. O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares teve a amabilidade de nos informar que nenhuma delas teria hipótese de ser respondida, dada a indisponibilidade dos membros do Governo a quem elas eram dirigidas de estarem presentes.

Nessa conformidade, e expirado já o prazo, o meu grupo parlamentar elaborou novas perguntas, uma das quais veio depois a ser respondida.

Na presente sessão de perguntas passou-se sensivelmente o mesmo: tínhamos intenção de reprimir — digamos assim — algumas das perguntas que tínhamos apresentado e foi isso que fizemos. No entanto, e mais uma vez, em conversa informal com o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, ficaram-nos dúvidas sobre a disponibilidade dos membros do Governo, que não foram esclarecidas.

Tendo o meu grupo parlamentar, neste caso, dirigido três perguntas ao Governo, uma ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, outra ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais e, ainda, outra dirigida ao titular da pasta da Agricultura, estranhamos que seja o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais a responder, não à pergunta que lhe dirigi, mas sim à que dirigi ao Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, pois a nossa pergunta tem a ver com questões agrícolas, florestação e solos.

O objecto da minha interpelação é pedir à Mesa que se crie um mecanismo de, em tempo oportuno, os deputados terem conhecimento de quais são as disponibilidades do Governo, para não estarmos a fazer e a refazer perguntas, pois assim perde-se toda a verdade do que é a figura regimental das perguntas ao Governo.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, agradecia que não se fizesse aqui um debate sobre a revisão do Regimento, que está, aliás, a processar-se noutra sede.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, em relação a este caso gostaria também de repor a verdade dos factos.

Srs. Deputados, devo dizer-lhes que o Regimento foi integralmente cumprido, e, se o Parlamento entender rever-

o Regimento, isso não é assunto que diga respeito ao Governo, pois o Governo acatará o Regimento que o Parlamento decidir aprovar.

O Sr. Deputado faz uma pergunta que tem a ver com a desertificação e com a plantação de eucaliptos, e o Governo responde pela voz de quem o entender: pela minha voz, pela voz do Sr. Primeiro-Ministro, do Sr. Ministro da Agricultura — como V. Ex.^a pretendia — ou, como é o caso, pela voz do Sr. Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais. Portanto, responde pela voz do membro do Governo que entende adequado para o efeito.

O Sr. José Lelo (PS): — Pela voz do Além!

O Orador: — V. Ex.^a desculparia, mas não há alteração regimental que lhe valha!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Raul Castro (ID): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Raul Castro (ID): — Sr. Presidente, apenas para dizer ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares que começou por afirmar que eu tinha apresentado uma versão parcial dos acontecimentos, mas que, afinal de contas, confirmou integralmente o que eu tinha dito, acrescentando apenas um esclarecimento que, aliás, também agradecemos.

Esse esclarecimento é o seguinte: em matéria de estatística relacionada com o índice de preços no consumidor, o Sr. Ministro ainda não delegou competências, pois, se calhar, considera-a matéria tão importante que a mantém sem delegar competências.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta oral ao Governo sobre as relações Portugal-EUA em matéria de defesa, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: V. Ex.^a concordará que a questão do cumprimento do acordo luso-americano sobre a utilização da Base das Lajes e os acontecimentos recentes que o rodearam não podem deixar de suscitar dúvidas e interrogações.

No Verão passado, o Sr. Primeiro-Ministro, numa entrevista ao *New York Times*, afirmou, peremptoriamente, que ou os Estados Unidos cumpriam o acordo (satisfazendo os seus compromissos quanto à utilização da Base das Lajes) ou Portugal denunciava esse acordo. Não vou contar o que sucedeu depois, mas no dia 4 de Fevereiro — data do início em que Portugal poderia formalizar o eventual pedido de revisão do referido acordo — veio a Portugal o Secretário de Estado da Defesa dos Estados Unidos da América, Frank Carlucci, e, em menos de 12 horas, tudo estava resolvido.

As declarações cordatas sucederam-se! O Ministro da Defesa, Eurico de Melo, afirmava que o Governo aceitaria novas reduções nas contrapartidas financeiras, substituindo-as por «equipamento excedentário». Perante o espanto da opinião pública e os comentários dos diversos quadrantes democráticos, o Governo achou que deveria mudar a sua posição, desautorizou o Sr. Ministro da Defesa, deu o dito por não dito e foi rumo a Washington ...

Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, o que é que o Governo obteve em Washington? Que novas facilidades concedeu ou que novos compromissos assumiu com o correspondente aumento da volubilidade do nosso território?

Em face da diminuição das contrapartidas, do não cumprimento do Acordo Técnico, nomeadamente do acordo laboral das Lages, e tendo em atenção que devem ser as Forças Armadas a determinar o material que interessa ao seu recuperação, que garantias obteve o Governo neste sentido?

O que é que tolheu o Governo para deixar de fazer aquilo a que tinha direito — a que, aliás, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros se referiu nos EUA — que era, naturalmente, a revisão dos acordos.

Que razões levam o Governo a excluir a via de um tratado — a ser discutido aqui na Assembleia da República e nas Câmaras dos EUA — que vincule os dois Estados? Um tratado que vincularia de facto, e não um acordo em que o único vínculo existente é, como sabemos, aquela frase sibilina de que os EUA farão os melhores esforços para cumprir aquilo que, efectivamente, não têm cumprido.

Eram estas simples questões que gostaria de lhe colocar, pois penso que o Governo deve esse esclarecimento à opinião pública e à Assembleia.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros (João de Deus Pinheiro): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Parto do princípio que o Sr. Deputado Carlos Carvalhas conhece o texto do acordo, visto que está publicado no *Diário da República*.

Assim sendo, terei de começar por lhe recordar os termos que estão estabelecidos no próprio acordo, segundo os quais — como V. Ex.^a poderá verificar — não há fundamento jurídico para dizer que o acordo não está a ser cumprido.

Há, no entanto, uma cláusula de salvaguarda que permite ao Governo Português ou ao dos Estados Unidos solicitem consultas sempre que entenderem que a concretização do acordo não está a ser cumprida. Foi isso que o Governo Português fez, pois entendemos que o acordo não está a ser cumprido, no que diz respeito às expectativas que Portugal tinha, e, dentro dessa medida, suscitou consultas.

Recordo também ao Sr. Deputado que outro mecanismo possível é o da revisão do acordo que, como sabe, é um mecanismo diferente, pois não tem um período de tempo definido para a sua conclusão, podendo prolongar-se *ad eternum*, sendo, em termos objectivos, mais fraco que o mecanismo das consultas.

Dentro desta perspectiva, direi que o Governo fez aquilo que entendeu mais correcto. Iniciar-se-á, assim, um período de consultas e, no final, ver-se-á quais foram os resultados dessas consultas.

É tudo o que tenho a dizer, Srs. Deputados.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Bom, Sr. Ministro, o texto do acordo vem no *Diário da República*, é do nosso conhecimento, bem como da opinião pública.

A resposta angélica do Sr. Ministro — permito-me que lhe diga — nada acrescenta nem ao *Diário da República* nem à verdade dos factos! A questão que suscitei foi muito simples e tem a ver com o facto de o Sr. Ministro ter dito nos EUA que o Governo Português ia pedir a revisão dos acordos, portanto, que os ia pôr em causa. Mas o Sr. Primeiro-Ministro afirmou que se iria dar origem ao início das consultas, que podem ser *ad eternum*, como o Sr. Ministro disse. Afirma também que, na opinião do Governo Por-

tuguês, as contrapartidas estão aquém das expectativas; o que é uma forma eufemística de dizer que o acordo não está a ser cumprido.

Então, que é que o Governo obteve? A abertura de consultas, para ganhar tempo. Para quê? Para que haja uma nova administração Reagan nos EUA?! E, quando Sr. Primeiro-Ministro afirma que se abre consultas acrescenta que as facilidades não estão em causa, então julgo que se pode suscitar esta questão: se se abre consultas e as facilidades não estão em causa, então para que são as consultas? Para obter contrapartidas ou para conceder novas facilidades? E, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, se é para obter novas facilidades, quais?

Depois, quanto à questão central, quem é que determina o recuperação das Forças Armadas Portuguesas? As Forças Armadas Portuguesas ou os Estados Unidos da América? Ou isto nada tem a ver com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, com o Governo Português ou com as Forças Armadas Portuguesas? Não há nenhuma implicação ou correspondência entre a política de defesa e a política externa portuguesa?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim entender, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Dá-me sensação de que o Sr. Deputado não conhece os textos do acordo, que dizem o seguinte: «Na eventualidade de surgir um desacordo quanto à interpretação, implementação e cumprimento das disposições destes acordos», que é primeiro acordo que vem nos avisos juntamente com Acordo Técnico Laboral, «[...] os Governos iniciarão imediatamente consultas».

O Sr. José Magalhães (PCP): — Nós conhecemos. Isso foi aqui discutido!

O Orador: — Como V. Ex.^a sabe, há outro acordo diferente deste em que isso se refere, onde se fala em eventuais — chamemos-lhe assim, para facilitar — contrapartidas, porque no texto do acordo não está expresso. É evidente que as consultas servem para dirimir a diferença de interpretação do cumprimento do acordo.

Portanto, o que o Governo Português vai fazer é tentar que sejam cumpridas aquilo que são as expectativas de Portugal relativamente a este acordo.

Depois, o Sr. Deputado pairou outras ondas, perguntando se as consultas determinam novas facilidades. É óbvio que não, e, para isso, basta ler o texto do acordo para ver que as consultas não se destinam a isso.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Ministro, dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Pelo contrário, a revisão pode dar origem a novas facilidades, mas não foi isso que o Governo Português fez.

Referiu-se ainda o Sr. Deputado às Forças Armadas Portuguesas. Como o Sr. Deputado sabe, há um programa de modernização das Forças Armadas aprovado nesta Assembleia e é esse programa que está a ser cumprido, e não outro. Portanto, as suas perguntas são redundantes e peço desculpa pelas minhas respostas «angélicas», mas as perguntas não dão para outra coisa.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Ministro ...

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Carlos Carvalhas já não pode interromper, porque o Sr. Ministro já acabou de responder.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, julgo que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros se sentou para eu poder usar da palavra.

O Sr. José Magalhães (PCP): — O Sr. Ministro ainda não se tinha sentado!

O Sr. Presidente: — Não pode, Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

Para uma pergunta oral ao Governo sobre o Programa do Governo na área da juventude, tem a palavra o Sr. Deputado Poças Santos.

O Sr. Poças Santos (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro Adjunto e da Juventude: O Governo, ao optar, por um lado, por uma concepção de política de juventude que entende como um todo global e integrado e, por outro, fazendo depender a concepção e a implementação dessa política de um único membro do Governo que a coordena do ponto de vista horizontal, interministerial e — digamos — interdepartamental, assumiu uma aposta difícil e uma responsabilidade perante o País e os jovens portugueses. Pôs de lado a hipótese mais fácil, a de entender a política de juventude como ela tinha sido entendida até há poucos anos noutras países, do ponto de vista sectorial, do ponto de vista apenas da ocupação dos tempos livres da juventude, daquilo a que era costume designar-se do sector da juventude e desportos. Optou, pois, pela exigência e pela responsabilidade e é essa exigência e essa responsabilidade que os jovens portugueses e aqueles que os procuram representar nesta Assembleia esperam do Governo.

As questões que queria colocar ao Sr. Ministro referem-se à implementação do Programa do Governo relativamente a este sector.

No seu Programa, o Governo indicava como vertente fundamental da sua actuação a triologia educação-formação profissional-emprego e também inserida na participação dos próprios jovens, na assunção pelos jovens da própria política de juventude, através de uma grande participação, quer individualmente, quer através das associações juvenis.

Qual é, então, o balanço que o Governo faz, volvidos que são seis meses desde a sua tomada de posse, seis meses esses que são já um oitavo do horizonte temporal deste governo, pois, certamente, já haverá algumas actividades sobre o qual é possível dar conhecimento a esta Câmara?

Por outro lado, gostaria também que o Sr. Ministro se referisse às perspectivas futuras do Governo nessa matéria, designadamente as acções que pensa levar a cabo, sobretudo tendo em atenção três vertentes.

Por um lado, a aposta na ciência e na tecnologia, que é, de facto, um sector muitíssimo importante, como todos certamente estamos de acordo. Neste aspecto o Governo diz no seu Programa que «será prestada especial atenção ao jovem inventor e ao desenvolvimento de protótipos e serão ainda lançados programas de formação e sensibilização da juventude para a ciência e tecnologia».

Gostaria que se referisse a esta temática e às críticas que têm sido feitas, no sentido de que tudo isto é apenas um *show-off* do Governo, que são acções de propaganda sem efeitos consequentes. Gostaria que se referisse ainda à

questão do Programa INFORJOVEM, que, de facto, foi importante aquilo que fez — aliás, já vem de governos anteriores —, mas perguntar-lhe-ia se a acção do Governo na capítulo da ciência e tecnologia se reduz apenas a esse Programa.

Por outro lado, gostaria que se referisse à questão do emprego, uma vez que o Sr. Ministro disse, em recente intervenção nesta Assembleia, que o Governo pretende contribuir para o reforço de uma mentalidade não assistencial nos jovens. Como é que, em contrapartida e pela positiva, se vão criar mecanismos de apoio, para que essa mentalidade não assistencial não se concretize?

Por último, e quanto aos canais de informação, gostaria que me dissesse como é que todos os projectos do seu sector estão a chegar aos jovens portugueses e se estão a funcionar bem.

Era sobre tudo isto que pedia ao Sr. Ministro que se referisse.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Manuel Maia.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para responder, se assim o entender, o Sr. Ministro Adjunto e da Juventude.

O Sr. Ministro Adjunto e da Juventude (Couto dos Santos): — A questão que colocou o Sr. Deputado Poças Santos quanto ao balanço de seis meses, já tive oportunidade de o fazer aqui aquando da discussão da lei do subsídio de desemprego para os jovens, quantificando-o em números.

O que se tem estado a fazer e o que vai ser feito em 1988 foi objecto, muito recentemente, da apresentação pública de um plano de actividades para este ano. Aí se globalizava, pela primeira vez, de uma forma total, a política de juventude para 1988 e para os anos seguintes.

Este programa foi profundamente difundido pelas associações juvenis e caracteriza-se por três aspectos: ambicioso e mobilizador da juventude, pois pretende envolver 750 000 jovens em diversos programas de acções que terão este ano um investimento global, por parte do Governo, de cerca de 100 milhões de contos; participativo e estimulador do espírito de iniciativa e da capacidade de intervenção do jovem na sociedade, porque o Governo entende que qualquer programa de juventude só é exequível desde que os jovens sejam os protagonistas desse mesmo programa, e, finalmente, um outro aspecto, que é muito importante, é que marca o novo ciclo na política de juventude em Portugal, uma vez que ele procura consolidar o debate de ideias e dos novos valores.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Dr. La Palisse! ...

O Sr. António Vitorino (PS): — Nada abstracto! ...

O Orador: — E é sobre este último aspecto que o programa lança uma «pedrada no charco», porque a política de juventude — assim entende o Governo — não resistirá se assentar apenas em projectos meramente económicos.

O projecto de sociedade que os jovens hoje desejam deve assentar em valores culturais, nos nossos valores históricos do passado que reforçam o presente e nos projectam no futuro e têm de passar por uma atitude de mudança de mentalidades, enquadrando-se numa perspectiva de que os jovens possam marcar a diferença na sociedade e constituir, eles próprios, o motor da modernidade e de uma sociedade diferente.

Entende o Governo que para os jovens a cultura, as ideias, os valores, o homem, são os aspectos mais importantes, eu diria, são mais importantes que a inflação ou outros indicadores económicos. É neste enquadramento sócio-cultural e numa perspectiva de participação, de responsabilização e também de solidariedade social que o programa de actividades comprehende alguns aspectos que vou desde já enumerar.

Trata-se de um reforço do programa de tempos livres e de desporto, de um reforço e aumento das oportunidades de emprego e incentivos à criação de postos de trabalho estáveis, de uma grande aposta na formação profissional, conjugada com a mobilidade geográfica, adequando a oferta/procura no mercado de trabalho, de uma grande aposta na integração dos quadros recém-licenciados. Isto são acções que o Governo considera respostas de curto prazo e que respondem aos problemas específicos dos jovens. Mas também temos presente o médio e o longo prazo, ou seja, o futuro, e daí um conjunto de medidas que passam pelo reforço do apoio à criação de empresas por jovens empresários e jovens agricultores. Trata-se de uma grande aposta no intercâmbio no turismo juvenil e um significativo reforço de apoio às associações, com vista a levar os jovens portugueses a participar nesse quadro europeu que constitui hoje o nosso espaço de intervenção, e de uma maior participação dos jovens no intercâmbio com os países africanos de língua oficial portuguesa, no sentido de reforçar os laços culturais que ligam as nossas juventudes, e de um grande esforço técnico e financeiro na sensibilização dos jovens para a ciência e tecnologia, na criação de clubes de ciência e tecnologia e no apoio a investigadores e jovens inventores — é um conjunto da sociedade que tem estado esquecido —, no lançamento de diversas iniciativas e acções que façam surgir novos valores na área da cultura e, como sabem, Srs. Deputados, na grande aposta da reestruturação do sistema educativo.

O programa consagra ainda um conjunto de medidas e acções descentralizando a execução da política e, assim, em 1988, serão lançados dez novos centros de juventude e quatro pousadas de juventude, cujo investimento global rondará os cerca de 2 milhões de contos.

O Sr. Presidente: — Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Poças Santos.

O Sr. José Magalhães (PCP): — E agora que é que ele irá perguntar em recarga? Diga-nos, Sr. Ministro, se é mesmo assim?! ...

A Sr.^a Isabel Espada (PRD): — Outra vez?

O Sr. Poças Santos (PSD): — Sr. Ministro, muito obrigado pelos seus esclarecimentos, no entanto, pedir-lhe-ia que prestasse alguma informação adicional.

Falou, *en passant*, no problema do acesso dos jovens à cultura, pelo que gostaria que se refrisse concretamente aos mecanismos que vão ser desenvolvidos junto dos jovens portugueses, no duplo sentido do acesso da fruição dos bens culturais e, por outro lado, da criação cultural. O que é que o Governo, neste domínio, pretende fazer ou tem em mente?

Por outro lado, e visto que o Sr. Ministro tem também a tutela da Comissão sobre a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, e porque essas comemorações não podem certamente passar sem a participação activa e interessada dos portugueses mais jovens, gostaria de lhe perguntar em que medida é que está prevista essa parti-

cipação. Quais são as modalidades que essa participação vai ter na prática, não só nas acções propriamente comemorativas como até na própria criatividade dos jovens neste domínio, isto é, se os jovens serão chamados para uma colaboração não apenas passiva mas activa nas comemorações que vão ser efectuadas.

Como o Sr. Ministro muito bem referiu, há que reviver valores nacionais numa perspectiva não passadista, e, como os jovens protagonizam já hoje o futuro, são eles que podem estar mais empenhados nisso, mais até do que outros sectores etários da população.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto e da Juventude.

O Sr. Ministro Adjunto e da Juventude: — Sr. Deputado Poças Santos, a área da criação cultural é um dos sectores onde os jovens têm mais dificuldade em penetrar porque é um círculo normalmente difícil. As pessoas só se afirmam quando demonstram que sabem, que criam, mas, por outro lado, sem criar também não penetram nesse mesmo círculo. Daí que a grande aposta vá ser num conjunto de actividades que estão a ser programadas, em que dezassete capitais de distrito irão constituir uma autêntica capital do País numa actividade cultural, num dado projecto, na literatura, nas artes plásticas. Procurar-se-á desde logo, criar incentivos ou estímulos para que os jovens possam prosseguir para além dessa manifestação, pois não chega a manifestação em si, já que é preciso criar condições para que aquilo que eles criam se projete no tempo.

Quanto à questão da comemoração dos descobrimentos, sem dúvida que essa preocupação existe. É fundamental e é necessário que os jovens portugueses, eles próprios, sejam o motor e participem activamente nessa comemoração. Com o Conselho Nacional de Juventude e com os jovens portugueses, iremos preparar um grande programa, para que em 1988 se possa dar o pontapé de saída, mas — como disse — com os próprios jovens, para que sejam, eles próprios, a apresentar as suas ideias, os seus projectos, para que não seja um projecto de Estado, mas um projecto da sociedade civil.

Pelo que já me têm feito chegar, estou convencido de que os jovens serão certamente capazes de apresentar projectos válidos que mobilizem a sociedade civil, nesta área da comemoração dos descobrimentos.

A única coisa que manifesto nesta Câmara é a vontade inequívoca de apoiar essas actividades e essas iniciativas. Gostaria, no entanto, que coubesse aos jovens, a eles próprios, aparecerem com os seus projectos para dizerem o que pensam dos descobrimentos.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta oral ao Governo, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Espada.

A Sr.^a Isabel Espada (PRD): — Sr. Secretário de Estado da Construção e Habitação, gostaria de começar por informá-lo que a pergunta que lhe vou fazer vai inserir-se dentro do regime de crédito bonificado para jovens.

A motivação que me levou a colocar a pergunta tem a ver com o facto de, principalmente nos últimos tempos, terem vindo a avolumar-se as queixas por parte dos jovens quanto ao crédito bonificado, que, na opinião deles, é incicaz.

É incicaz porquê? A grande acusação feita pelos jovens é a de que o regime de crédito bonificado está totalmente desarticulado da realidade. Ou seja, o montante máximo de

empréstimo, o montante que é definido para ser atribuído como empréstimo ao crédito bonificado para jovens, é manifestamente inferior aos preços de venda no mercado de habitação. Aliás, o Sr. Secretário de Estado não terá muita dificuldade em verificar este facto. Basta pegar no *Diário de Notícias* de hoje, abri-lo na página dos anúncios e verificar que, por exemplo, relativamente a casas nos concelhos limítrofes, para as quais o crédito máximo vai até aos 4200 contos, os preços médios rondam os 5000 contos. Obviamente, o regime bonificado, que, à partida, seria destinado para cobrir 100 % do preço das casas, não é praticada porque o *plafond* atribuído é manifestamente inferior ao preço de venda praticado no mercado de habitação.

Por outro lado, quando o preço de venda da casa não é superior ao limite fixado para o empréstimo, quando o preço de venda da casa é acessível, verificamos que a instituição de crédito que faz a avaliação acaba por avaliar a casa por um preço inferior àquele que é estipulado como preço de venda.

Concretamente, a pergunta é esta: concorda ou não que há uma desarticulação entre o valor máximo do empréstimo atribuído e os preços de venda praticados no mercado de habitação? Em caso afirmativo, há ou não intenção por parte do Governo de alterar esta situação? Em caso negativo, será que a situação existente se insere numa política de dificultar o acesso ao crédito?

Finalmente gostaria que o Sr. Secretário de Estado me dissesse qual é o número de jovens que quer comprar habitação e o número de jovens que, através do crédito jovem, conseguiu obtê-la.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Construção e Habitação.

O Sr. Secretário de Estado da Construção e Habitação (Elias da Costa): — Sr.^a Deputada Isabel Espada, gostaria de lhe dizer que, dentro do âmbito da política de habitação e do crédito de aquisição de casa própria, o crédito jovem é uma das componentes em que tivemos bastante sucesso.

Começando por responder à última pergunta que me fez, ou seja, qual o número de jovens que estão envolvidos no crédito à habitação, posso dizer-lhe que, em 1987, celebrámos 14 390 contratos de crédito jovem para aquisição de casa própria, o que corresponde a cerca de 22 % do universo dos contratos celebrados. Como sabe, 1987 foi o ano em que se registou o maior número de contratos.

Respondendo, concretamente, à sua pergunta, direi que, em termos quantitativos, o crédito jovem representa cerca de 22 % desse universo.

Perguntou-me a Sr.^a Deputada se não há uma desarticulação entre o crédito à habitação e o preço real da habitação no mercado.

Sr.^a Deputada, o mercado de habitação rege-se por uma relação que se estabelece entre a oferta e a procura. Ora, em Outubro ou Novembro de 1985, se bem se lembra, tínhamos uma situação de excedente de stock habitacional para venda e actualmente tal não se verifica.

Os ciclos da construção civil têm o seu período, o seu tempo de concretização que vai desde o início da obra até à comercialização, e, neste momento, posso dizer-lhe que não existe uma desarticulação no regime de crédito, mas, sim, uma escassez de oferta, que provoca tendências altistas nos preços de habitação.

Gostaria de clarificar que para o Governo o crédito à habitação não só se destina a facilitar às pessoas a aquisição de casa própria, mas é também um instrumento de intervenção no próprio mercado de habitação. Não podemos

permitir que os parâmetros de crédito alimentem uma qualquer situação.

Perguntou-me que alternativa há em relação à situação no mercado, qual a resposta que temos procurado dar a esta situação. É muito simples: durante todo este período, tanto quanto nos foi possível, procurámos «encharcar» o mercado de habitação a preços controlados. Daí toda a força que é dada às cooperativas, às câmaras municipais e às próprias empresas, no âmbito de contratos de desenvolvimento de habitação.

Neste sentido, procurámos atingir dois objectivos: regularizar o mercado e alargar o universo das pessoas em que os benefícios da política do Governo maximizem a aquisição de casa própria.

Devo dizer que, em articulação com o Sr. Ministro Adjunto e a Juventude, dentro da política de habitação a custos controlados, estamos a tentar reforçar a participação e envolvimento da componente jovem nas cooperativas.

Penso, portanto, que o regime de crédito não está desarticulado e os seus parâmetros são actualizados periodicamente. Chegará a altura em que os parâmetros que, neste momento, estão em vigor serão actualizados, tendo em conta o índice do custo de construção, exactamente para não permitir ou embarcar em situações de desequilíbrio de mercado.

Quanto a saber se há intenção de alterar, devo dizer que, a seu tempo, o faremos. Neste momento, a grande preocupação, em termos de jovens, quer da parte do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, quer da parte do Ministério da Juventude, é exactamente a de orientar a nossa acção para a aquisição de habitação a custos controlados, pois é uma habitação com qualidade, barata, fundamental e socialmente relevante.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Espada.

A Sr.^a Isabel Espada (PRD): — Sr. Secretário de Estado, em relação à última pergunta que coloquei — e que foi respondida em primeiro lugar —, devo dizer que não respondeu exactamente ao que lhe perguntei, pois a minha pergunta não tinha a ver com os créditos em geral. Não perguntei qual era a percentagem relativamente ao regime bonificado para jovens, mas sim relativamente aos jovens que em Portugal procuram habitação, em que termos é que o sucesso deste regime foi atingido e qual a percentagem de jovens que foi abrangida por este regime. Ou será que a maior parte deles ficou de fora?

A questão tem a ver com isto e não tanto em saber, dentro do regime de empréstimo para aquisição de habitação própria, qual é o sucesso do regime bonificado para jovens. A comparação é entre os jovens que procuram habitação e aqueles que conseguem adquirir através deste regime. É essa a questão.

Em relação à regularização do mercado, o Sr. Secretário de Estado disse que os *plafonds* máximos que são estabelecidos têm também a função de regularizar o mercado de habitação. Penso que também podem ter a função inversa, ou seja, podem ter como objectivo a regularização para cima.

Eu disse, há pouco, que há muitas casas à venda a 4200 contos — e que se inserem dentro do regime de crédito bonificado para jovens — que, mais tarde, são avaliadas por um preço menor pela Caixa de Depósitos ou por outra qualquer instituição bancária que tem poderes para fazer este tipo de avaliação.

O Sr. Secretário de Estado fala-me em regularização do mercado e eu penso que também lhe posso dizer que talvez se esteja a regularizar para cima. Suponho que entendeu a pergunta!?

O Sr. Secretário de Estado da Construção e Habitação: — Não.

A Oradora: — A questão fundamental é esta: neste momento, os preços de construção e venda das casas estão a ser regularizados, em termos de crédito bonificado para jovens, numa tendência altista, ou seja, muitas vezes as casas não valem realmente os 4200 contos, mas as pessoas que as construíram e puseram à venda atribuíram-lhes esse preço, precisamente porque sabem que esse valor é o máximo atribuído ao crédito jovem bonificado, mas, no fundo, as casas não têm esse valor. E digo isto porque, mais tarde, as casas são avaliadas pela instituição de crédito a um preço mais baixo.

O Sr. Presidente: — Para responder, tam a palavra o Sr. Secretário de Estado da Construção e Habitação.

O Sr. Secretário de Estado da Construção e Habitação: — Sr. Deputada, a procura do crédito jovem no ano de 1987 cifrou-se em cerca de 18 000 pedidos, dos quais cerca de 15 000 contratos foram celebrados. Penso que eram estes dois parâmetros que queria comparar.

Não posso saber o número de jovens que andam à procura de casa, mas já temos quantificado e podemos dizer-lhe o número de jovens que apresentaram o pedido.

Em relação à questão que colocou, estamos a utilizar ...

A Sr.º Isabel Espada (PRD): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Secretário de Estado?

O Sr. Secretário de Estado da Construção e Habitação: — Faça favor, Sr.º Deputada.

A Sr.º Isabel Espada (PRD): — Sr. Secretário de Estado, convém informar a Câmara, e deixar bem claro, que, quando se pede um empréstimo, é porque já se encontrou uma casa que tem um preço que se adequa ao crédito jovem bonificado. Portanto, antes de o empréstimo ser pedido tem de se encontrar a casa, e não é e assim tão fácil como isso.

Como lhe disse — e esta é a minha posição —, penso que o preço de venda das casas é superior àquele *plafond* definido para o crédito jovem bonificado. É que quando os pedidos são feitos é porque já se teve a sorte de se ter conseguido encontrar uma casa, provavelmente na zona suburbana de Lisboa, implicando isso imensos gastos em transportes, etc.

Portanto, dizer que há 18 000 pedidos e que foram celebrados 15 000 contratos implica, à partida, que terá havido uma série de pessoas que não fizeram o pedido, precisamente porque não conseguiram encontrar uma casa dentro dos preços que o crédito jovem define.

O Orador: — Sr.º Deputada, neste momento, em termos de informação, não há meios que nos possam dar os elementos que a Sr.º Deputada e eu próprio gostaríamos de ter, isto é, saber qual é o número de jovens, neste país, que necessita de casa. É outro tipo de pergunta.

Em relação à realidade com que estamos confrontados, o que lhe posso dizer é que, em termos de procura de crédito, tivemos cerca de 18 000 pedidos ao crédito jovem e celebrámos cerca de 15 000 contratos.

Em relação à questão dos preços, por razões óbvias: estamos, neste momento, numa situação de desequilíbrio de mercado, com todas as consequências daí emergentes. Não pretendia, com certeza, que o Governo procedesse em termos de fixação administrativa de preços de venda n mercado. Não o podemos fazer neste tipo de situação.

Temos que actuar através dos mecanismos do próprio mercado e aquele que, neste momento, temos na mão utilizar é, exactamente, o da habitação a custos controlados: para facilitar uma habitação com qualidade e a preços adequados à maioria dos jovens deste país.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, informo que se encontram entre nós, nas galerias, alunos, acompanhados dos respectivos professores, da Escola Secundária de Maia, de Casal de Cambra, da Escola Primária n.º 2 de Casal de Cambra, da Escola Secundária de Alberto Sampaio, de Braga, da Escola Secundária do Seixal e da Escola Secundária de Afonso Domingues, de Lisboa, a quem saudamo-

Aplausos gerais de pé.

Permitam-me ainda que os informe de que um de alunos da Escola Primária de Casal de Cambra nos envio uma carta saudando o Presidente e os Srs. Deputados apresentando alguns dos problemas que são vividos ness Escola.

O documento será enviado, por cópia, aos Srs. Deputados, assim como à Comissão de Educação, para resoverem o que virem por conveniente.

Agradecemos a vossa lembrança e, com certeza, que os Srs. Deputados terão em conta as vossas pretensões descobertas. Aproveitando a presença do Sr. Ministro da Educação, também lhe enviaremos uma cópia e, certamente, Sr. Ministro terá em boa nota a posição dos alunos.

Para fazer uma pergunta escrita, tem a palavra Sr. Deputado Sottomayor Cardia.

O Sr. Sottomayor Cardia (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Educação: Quero formular a V. Ex.º uma pergunta muito simples. Não vou fazer considerações introdutórias para não dar a V. Ex.º o encargo de fugir à pergunta ...

Risos do PSD.

... comentando o que eu, porventura, disse. Peço portanto, a V. Ex.º que responda rigorosamente à questão que lhe vou formular. Naturalmente, depois poderá dissertar sobre o que muito bem entender.

Gostava que me informasse — esta é a pergunta — qual é a responsabilidade do Ministro da Educação na edição de dois volumes intitulados *Documentos Preparatórios* atribuídos à Comissão de Reforma do Sistema Educativo

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro da Educação, tem palavra para responder.

O Sr. Ministro da Educação (Roberto Carneiro): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Sottomayor Cardia: Agradeço a sua questão e a simplicidade e singelez com que a coloca, começando por esclarecer V. Ex.º que sou amante como sou dos princípios da liberdade e da democracia, não fujo de nada nem de ninguém, muito menos de perguntas que nesta Câmara me são colocadas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A resposta é manifestamente simples, como V. Ex.⁴ intuirá. A Comissão da Reforma do Sistema Educativo tem um estatuto claro, conhecido publicamente, que foi estabelecido por uma resolução do Conselho de Ministros, que é a Resolução n.º 8/86.

Trata-se, por conseguinte, de uma comissão independente, integrando elementos de reconhecida competência e de diversas sensibilidades, entre os quais antigos membros do Governo, de vários partidos, entre os quais do partido de V. Ex.⁴, reitores de universidades, directores-gerais e outros especialistas vários em matérias relevantes para a problemática da reforma educativa.

Logo após a tomada de posse do actual governo, eu próprio e os Secretários de Estado do meu Ministério, tivemos oportunidade de realizar uma reunião com a Comissão da Reforma do Sistema Educativo durante a qual foi reiterado e reafirmado o respectivo mandato e as condições de total isenção e independência com que esse mandato deve ser levado a bom termo e cumprido.

Ao fim de um ano e meio de trabalhos, como V. Ex.⁴ sabe, e em execução do projecto global de actividades, que consta também de um pequeno livrinho que foi oportunamente divulgado, em Maio de 1986, a Comissão tem vindo a proceder, no exercício da sua competência, à divulgação sistemática de projectos vários, que cobrem uma vasta área dos temas ligados aos principais aspectos da reforma do sistema educativo.

Como se encontra inequivocamente expresso nos próprios documentos, os projectos em apreço são divulgados sob a exclusiva responsabilidade dos seus autores — os grupos de trabalho que procederam à respectiva elaboração —, reservando-se a própria Comissão a tarefa de cruzamento final dos trabalhos e a elaboração definitiva das propostas — que irá certamente, de acordo com o seu mandato, apresentar ao Governo — para os períodos subsequentes aos debates que irão ter lugar. Após a entrega ao Governo dos projectos finais e ouvido, nos termos da Lei de Bases do Sistema Educativo, o Conselho Nacional de Educação — que espero seja constituído muito proximamente, na sequência de uma eleição que tem de ter lugar nesta Câmara —, serão então, finalmente, aprovados os diplomas e tomadas as medidas pertinentes à reforma do sistema educativo.

O Governo — asseguro-lhe, Sr. Deputado — não se eximirá da sua responsabilidade de, no momento oportuno, tomar posição clara e inequívoca sobre todas as matérias que têm de ser contempladas numa reforma tão importante como o é a reforma do sistema educativo português.

Não cabe pois, Sr. Deputado — e para lhe responder também muito directa e simplesmente —, nesta altura e neste momento, ao Ministro da Educação responsabilidade directa quanto aos documentos publicados pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo, embora eu tenha procurado, em articulação com essa mesma Comissão, propiciar todas as condições para que o debate se processe de forma livre, aberta, plural e participada.

Aproveito para manifestar o apreço que penso que é devido pelo Governo aos esforços desenvolvidos pela Comissão, no sentido de cumprir uma tarefa que, haverá de reconhecer-se, é extremamente complexa, extremamente delicada e que merece de todos nós, com certeza, o respeito, nem que seja o respeito pela dignidade e pela honorabilidade das pessoas que, dando o melhor do seu esforço, arriscaram, dando ao País propostas que, certamente, estão sendo polémicas e que vão ser discutidas, que serão por uns fortemente atacadas, por outros fortemente apoiadas.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Sottomayor Cardia, tem a palavra para pedir esclarecimentos.

O Sr. Sottomayor Cardia (PS): — Sr. Ministro da Educação, ficámos, por conseguinte, a saber que o Governo não tem responsabilidade directa na edição destes documentos. Eu não sei se não tem responsabilidade directa no conteúdo ou se não tem mesmo responsabilidade directa no facto de terem sido impressos no Ministério da Educação e divulgados ao País, apresentados como documentos preparatórios da Comissão da Reforma do Sistema Educativo e mandados discutir num dia determinado nas escolas. Mas, enfim, esse pormenor é menos relevante.

O meu ponto de vista é que um debate público, organizado pelo Estado, só interessa, tanto no plano político como no plano administrativo, quando incide sobre projectos ou propostas de entidade competente para tomar a decisão. De outra forma não há qualquer interesse substantivo em organizar a encenação que, sob a responsabilidade de V. Ex.⁴, embora porventura sem o acordo de V. Ex.⁴, se está a fazer neste país.

Mas, já agora, aproveito para lhe dizer o que acho que V. Ex.⁴ deveria fazer e que já poderia ter feito, até porque, antes de ser Ministro da Educação, é um técnico qualificado nesta matéria e um funcionário profundamente conhecedor — e desde há longos anos — destas questões.

O Sr. Ministro da Educação: — Muito obrigado!

O Orador: — O Sr. Ministro, do meu ponto de vista, deveria ter mandado elaborar, publicar e pôr à discussão um relatório, não vários, sobre as seguintes duas ordens de problemas: em primeiro lugar, quais as soluções adquiridas na Lei de Bases do Sistema Educativo em relação com a reforma do sistema educativo; em segundo lugar, quais as soluções admitidas como convenientes para as questões deixadas em aberto na Lei de Bases.

Pergunto-lhe também se a inexistência de tal relatório significa que o Governo vai propor à Assembleia da República modificações à Lei de Bases do Sistema Educativo. Nesse caso, sim, teria sentido começar não pelos documentos preparatórios, mas pelos artigos de opinião preparatórios dos documentos preparatórios da apresentação à Assembleia da República de uma proposta de alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Pergunto ainda a V. Ex.⁴ onde estão formulados, nestes livros, fora destes livros, em discurso de V. Ex.⁴ ou em qualquer outro local, os problemas que prioritariamente vão ser objecto de decisão governamental.

Quero, por fim, formular um voto, o de que espero que tudo isto — para além de ser, obviamente, uma operação publicitária — não seja apenas uma cortina de fumo para distrair o País de projectos reais que se querem ocultar.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro da Educação, se deseja responder, tem a palavra.

O Sr. Ministro da Educação: — Queria prestar a minha homenagem nesta Câmara à operação publicitária que o Sr. Deputado Sottomayor Cardia acaba de fazer, na sequência, aliás, de uma intervenção recente que teve num debate realizado há cerca de uma semana no Centro Nacional de Cultura. Isto porque da parte do Governo, Sr. Deputado, não existe nenhum intuito manifestamente publicitário.

O que existe e que neste momento me permite comprovar é, efectivamente, uma diferença manifesta de sensi-

bilidade em relação àquilo que o Sr. Deputado proporia como processo ou metodologia de preparação da reforma do sistema educativo.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado propõe uma metodologia que é claramente dirigista ...

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — É o dirigismo socialista!

O Orador: — ..., no sentido que o Governo organiza ...

O Sr. Sottomayor Cardia (PS): — Está organizado!

O Orador: — ... — é a sua expressão, «o Governo organiza um debate» —, que o Governo interpreta, a seu próprio bel-prazer, a Lei de Bases do Sistema Educativo, diz quais são as alterações que estão preconizadas na Lei de Bases do Sistema Educativo, diz quais são as soluções que não estão preconizadas na Lei de Bases do Sistema Educativo e, com certeza, decreta para todos os portugueses cumprirem.

Não é este o entendimento do Governo, não é este o meu próprio entendimento.

O entendimento do Governo, Sr. Deputado — que reiteradamente tenho expresso e que tenho muito prazer em novamente manifestar aqui — não é o de uma encenação, mas é sim que a reforma do sistema educativo é uma questão tão séria, é uma questão tão importante, é uma questão de tão vasto alcance, até em termos de calendário temporal, e que tem a ver com tantas gerações de jovens portugueses que estão à espera, há muitos anos, que esta reforma tenha lugar, que ela não pode surgir, passo a expressão, como um «vómito» unilateral de um governo, seja ele qual for e seja qual for a legitimidade de que seja portador.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Essa reforma tem de surgir como um consenso, o mais vasto possível, gerado no seio da própria sociedade portuguesa e, para isso, o debate tem de ser livre, apaixonado, frontal — como tenho feito apelo —, mas, de facto, o menos dirigista possível.

O Governo assumirá as responsabilidades, o Governo entende que, tempestivamente, terá de decidir, mas, em primeiro lugar, tem de dar primazia, a voz, à sociedade civil portuguesa.

Por isso mesmo, Sr. Deputado Sottomayor Cardia, as questões fundamentais que estão em debate e que constam, de resto, dos relatórios da Comissão da Reforma do Sistema Educativo são aquelas que vêm indicadas na própria Lei de Bases, em termos inequívocos, no seu artigo 59.º Este artigo diz claramente quais são aquelas em relação às quais o Governo deve — num prazo que, aliás, está ultrapassado e que nós próprios reconhecemos que está ultrapassado, mas que na Comissão Parlamentar, em discussão aberta, conseguimos acordar na sua dilatação, dentro de um diálogo muito aberto que teve lugar — levar a Conselho de Ministros ou à Assembleia da República, para que o edifício normativo global que a Lei de Bases do Sistema Educativo preconiza venha a estar completado. Isto para que, de facto, a educação portuguesa possa singrar rapidamente, possa modernizar-se e contribuir para a tão

urgente modernização a que aspiramos, tendo em vista a realização do Mercado Interno em 1992, que não é apenas uma questão económica mas é também uma questão humana e uma questão profissional.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Sottomayor Cardia, ao abrigo de que disposição pede V. Ex.^a a palavra?

O Sr. Sottomayor Cardia (PS): — É para defesa.

Risos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Sottomayor Cardia (PS): — Muito sucintamente o Sr. Ministro não respondeu às minhas perguntas, a nenhuma delas e — esse o motivo porque pedi a palavra — deformou o meu pensamento, chamando-me dirigista.

Risos do PSD.

Naturalmente que o que ficará escrito no *Diário da Assembleia* e o que a Câmara acaba de ouvir comprova que o Sr. Ministro não tem razão na acusação que me pretende fazer. Agora há uma coisa de que me pode acusar, Sr. Ministro: que eu, efectivamente, sou a favor da ordenação das ideias no espírito dos cidadãos.

Risos do PSD.

Uma voz do PSD: — Então é ainda mais grave!

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Ele depois explica!

O Sr. Lícínio Moreira (PSD): — Mas precisa de explicar muito bem!

Burburinho na sala.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Ministro da Educação, depois da resposta que V. Ex.^a deu ao Sr. Deputado Sottomayor Cardia, espero que a minha pergunta não esteja prejudicada, ou que não se destine a ter uma resposta — como foi a primeira resposta de V. Ex.^a — tão simples como aquela que deu ao Sr. Deputado. Desde logo, a circunstância de ela ter sido escolhida pelo Governo para ser respondida dá-me uma certa esperança de que não vá ser assim ...

Com efeito, sobre este instituto das perguntas ao Governo temos um entendimento que o coloca, não apenas no âmbito da função fiscalizadora da Assembleia como também no âmbito da tentativa de adequação permanente da Assembleia ao sentimento do País. São as questões que estão vivas no País, que estão em discussão na opinião pública, que tentamos trazer à Assembleia da República, para, numa perspectiva de pergunta e resposta directa, provocarem um esclarecimento mais atempado e, através de tudo isso, darem ao País a ideia de que a Assembleia está sintonizada com esse mesmo país.

No âmbito dos documentos que têm sido publicados e que são preparatórios da reforma do sistema educativo, embora não sejam documentos da responsabilidade do Governo, tem-se discutido vivamente alguns temas. Esses

temas situam-se na circunstância de se pretender, em alguns desses documentos, a eliminação da disciplina de filosofia, de alguns desses documentos também darem a entender que se pretende a eliminação das disciplinas de História e de Geografia e de, por outro lado, esses documentos também nos darem a entender que no domínio de um estudo das línguas vivas se vai privilegiar apenas o Inglês, em detrimento do Francês.

Sr. Ministro, sem dúvida que são questões vivas em relação às quais tem havido um debate mais ou menos vivo — e congratulamo-nos com a sua explicação anterior sobre o assunto —, que é precisamente o descrito pelo Governo.

A preocupação do público em geral é a de que realmente se esteja a preparar uma reforma exclusiva ou predominantemente de pendor tecnocrático, em prejuízo de uma reforma que não deixasse de privilegiar também o estudo das humanidades.

Ainda há dias vimos na televisão um importante programa sobre uma questão que tem sido um tema central das preocupações de V. Ex.⁴, que é o problema do insucesso escolar. Vimos esse programa, entre imagens arrepiantes que nos trazem ao espírito a ideia, que tem de estar sempre presente nele, de que não devemos discutir abstracções, mas que, muitas vezes, discutimos abstracções, com terríveis reflexos concretos, e uma das ideias com que ficámos depois de o ver é que, muitas vezes, o insucesso escolar radicava na falta de hábito de leitura por parte da juventude e por parte dos Portugueses em geral.

Sr. Ministro, não será que este pendor, indicado por estes receios de que vão ser eliminados todos estes tipos de disciplina, no fundo, não irá acentuar esta causa importante do insucesso escolar?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação: — Sr. Deputado Nogueira de Brito, V. Ex.⁴ começou por afirmar — e bem — que neste momento decorre no País um debate muito vivo, cu diria mesmo apaixonado. Penso que todos temos de nos congratular com isso. Com certeza, nenhum membro dessa Câmara e do Governo defende uma sociedade morna e tédia, que não é capaz de assumir os grandes desafios e de auto-affirmar e determinar-se. É isto que está em causa numa ampla e grande reforma do sistema educativo. O que está em causa na própria sociedade portuguesa é o problema de que ela seja capaz de autonomamente definir e determinar o rumo que quer seguir numa matéria de tão transcendente importância. É importante que isto se faça em liberdade, porque um projecto de reforma educativa ou é feito em liberdade e para liberdade ou não vale a pena fazê-lo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por isso mesmo, na sequência das palavras de V. Ex.⁴, também me permito sublinhar a grande importância que, no contexto geral dos documentos da reforma, merece o problema da reformulação dos planos de estudos e dos programas de ensino.

De facto é por aí que passa muito do eixo medular da reforma: o que é que se ensina nas nossas escolas, quais os programas e os valores que devem estar representados nesses programas, as normas de conduta, a sociabilidade, a abertura ao mundo do trabalho, a preparação para a vida, o respeito pela vida, o respeito pela liberdade e pelos outros, em suma, o sentido da compreensão do mundo.

Tudo isso são pontos vitais e fulcrais de uma reforma do sistema educativo e que vão modelar o cidadão português do futuro do terceiro milénio e que podem e devem fazer desta pátria uma pátria de sucesso — aliás, como dizia V. Ex.⁴ Uma pátria de sucesso que é apoiada e sustentada numa história de sucesso de cada português e de cada criança portuguesa, que tem de começar por ter uma história de sucesso escolar, porque, se tem uma história de insucesso escolar, dificilmente poderá ter uma história de sucesso humano e profissional. Este é um enorme combate, que não é do Governo, é de toda a sociedade portuguesa, na qual me permito sentir que temos a solidariedade das mais vastas camadas e segmentos da população.

Sobre a reforma curricular que está em debate e que, como V. Ex.⁴ sublinhou, ainda não tem opções definitivas, já foram recebidas cerca de 6000 respostas em termos de inquéritos e 700 pareceres livres que estão sujeitos a tratamento intenso por parte da Comissão da Reforma do Sistema Educativo.

Pelo meu lado, não me canso de apelar à participação alargada de todos os sectores interessados. Trata-se, com certeza, de uma matéria polémica, como todos temos vindo a testemunhar, quer seja pelo debate sobre a Filosofia, sobre a língua estrangeira, sobre História, sobre a área-escola, sobre o professor-tutor, porque não se trata de uma pequena reforma, não se trata de fazer uma pequena cirurgia, deixando tudo substancialmente na mesma. Trata-se, sim, é de ir ao fundo das questões, trata-se de ir à alma do sistema educativo e de fazer com que esta esteja em consonância com a alma do povo português e com a alma da sua tradicional cultura, com os seus séculos de história e com o seu destino histórico, que tem de ser traçado e marcado com orgulho e altitude.

Por conseguinte, a reforma do ensino não é uma matéria simples — somos os primeiros a reconhecê-lo —, porque é um processo de intensa mudança que se está a verificar em todos os países da Europa. A Espanha está a fazê-lo, a Inglaterra está neste momento apaixonadamente a discutir a «Lei Baker» na Câmara dos Comuns, a qual está a dividir a sociedade britânica em vários sectores — uns a favor, outros contra e outros indiferentes. Em relação às opções em presença, e que, dentro da liberdade de opinião em todos os sentidos, queremos respeitar, iremos ponderar seriamente as questões essenciais que estão em jogo e algumas das quais V. Ex.⁴ referiu.

As decisões finais ainda terão de passar pelo Conselho Nacional de Educação e muitas delas terão de vir a esta Câmara.

Relativamente às questões concretas, o Sr. Deputado Nogueira de Brito compreenderá que, neste momento, como membro do Governo e como Ministro e em relação a este debate, não devo antecipar opiniões definitivas, embora a título pessoal e em qualquer circunstância esteja pronto a dizer-lhe a minha opinião.

No entanto, penso que — e não tenho dificuldade em afirmá-lo — deve ser reforçado o conteúdo de reflexão filosófica nos nossos planos de estudos. Acho que o debate, pelo menos, trouxe uma enorme vantagem e que foi a de pôr praticamente todos os sectores da sociedade portuguesa, no que diz respeito à Filosofia, concordantes quanto à necessidade de rever os programas do ensino dessa disciplina, que, naturalmente, estavam caducos e arcaicos, e que esse reforço do conteúdo filosófico dos nossos programas de ensino tem a ver com a capacidade de compreensão da vida, dos fenómenos do mundo, da sociedade, das grandes etapas do pensamento humano, dos ciclos de aquisição e de crescimento da história da huma-

nidade, e que isso se dever fazer não apenas no ciclo complementar — futuro ensino secundário — mas até ao final do ensino básico. Pessoalmente, julgo que no final do ensino básico devem ser criados espaços no sentido de que este reforço tenha lugar.

Em relação às línguas, o que constitui uma vantagem comparativa tradicional dos Portugueses no contexto europeu, penso que não devemos alienar, começando, naturalmente, pela língua portuguesa, que é a nossa pátria, a pátria da língua, e que deve ser, a todos os títulos, defendida, valorizada e reforçada no ensino, designadamente nos primeiros ciclos do ensino básico.

Nenhuma criança deve terminar o primeiro ciclo do ensino básico sem se exprimir corretamente e com propriedade, quer escrita, quer oralmente, porque essa é a base instrumental da aquisição de conhecimentos em todas as outras disciplinas. Não se pode ter sucesso na matemática, nas ciências, na filosofia, nas humanidades, na história, se a criança não dominar perfeitamente a língua portuguesa.

O Sr. Nuno Macedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Temos de reconhecer que os primeiros anos de escolaridade ainda não estão orientados, substancialmente, para essas aquisições.

As línguas estrangeiras têm que ser reforçadas, pessoalmente até sou defensor da introdução de uma língua estrangeira na fase mais precoce possível da escolaridade. É difícil proporcionar a aprendizagem de uma língua estrangeira no 1.º ciclo do ensino básico. Na medida do possível acho que devemos propender para esse facto.

Por outro lado, é preciso ter em consideração que o sistema educativo que estamos a projectar não é para uma élite de 30% — como no passado — que chega ao final do ensino secundário, é para todos. Queremos um sistema educativo, que, tendencialmente, leve 100% de cada geração, de cada coorte, ao final de doze anos de escolaridade e, para isso, temos de programar um sistema educativo que atenda à diferença, à heterogeneidade das várias camadas e segmentos e dos vários interesses da população que lá chegue.

Estas são as questões que a pergunta do Sr. Deputado Nogueira de Brito me suscita. Não tenho tempo de falar na História, mas se o Sr. Deputado quiser suscitá-la, terá muito prazer em responder.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Antes de mais, congratulo-me com esta oportunidade que situou tão bem no Parlamento uma discussão que está a ser viva no País e que o País não entenderia — e hoje também temos uma audiência escolar a ouvir os nossos trabalhos — que a discussão de tão importante matéria não começasse já a ter lugar no Parlamento.

De resto, também me congratulo com a decisão do Sr. Presidente que permitiu que o Sr. Ministro da Educação usasse mais algum tempo da palavra, para fazer uma exposição sobre o que pensa acerca dos projectos que já foram publicados, o que também me parece importante.

De toda a intervenção do Sr. Ministro destaco a preocupação que V. Ex.^a tem com a perspectiva de pedagogia da democracia e da liberdade que há-de resultar da reforma do sistema educativo. Estamos inteiramente de acordo com o Sr. Ministro e, por isso, é que privilegiamos, no conjunto

das nossas actuações e no conjunto da actividade da Assembleia, o instituto das perguntas ao Governo.

Em relação a esta matéria só queremos dizer que é bom que esta pedagogia se faça, não apenas a partir da escola — é essencial que ela se faça a partir daí — mas é também fundamental que se faça nas instituições que são os grandes suportes da vida democrática do País. Este instituto das perguntas é bom que seja reformulado, em termos que permita um diálogo vivo no Parlamento sobre questões candentes da actualidade como foram as de hoje.

Nesta matéria não temos qualquer dúvida na intervenção do Sr. Ministro da Educação, pois verificamos pela sua resposta que tem as suas preocupações sintonizadas com as preocupações que nos levaram a formular esta questão aqui no Parlamento.

A nossa dúvida, a nossa outra preocupação é sobre o critério de escolha que o Governo faz das perguntas a que vai dar resposta. Aí temos alguma dúvida e que se relaciona, afinal, com esta pedagogia da democracia. O Governo escolheu responder sobre matérias em que está a ter uma actuação correcta, está a discutir desde a base as questões, ainda não tomou decisões, mas não enjeita discutir, desde já, essas questões. Está a fazê-lo com grande liberdade e com grande audiência de todo o País. É pena que questões concretas relacionadas com actuações concretas que o Governo já tomou, porventura sem discutir, proventura atabalhoadamente, ...

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Muito bem!

O Orador: — ... porventura em contradição consigo mesmo, não tenham sido escolhidas pelo Governo para responder, preferindo que a discussão se mantenha apenas onde não há resposta ou onde a resposta se faz isoladamente numa entrevista em que se responde a outra entrevista. É pena que assim tenha sido e que a pedagogia do Ministério da Educação — que é a pedagogia para a escola — não se alastre também às instituições e, desse logo, ao próprio Governo.

Aplausos do CDS.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, penso que a questão suscitada pelo Sr. Deputado Nogueira de Brito teria razão se a prática do Governo não fosse condicionada pela prática dos partidos, com a única excepção do CDS nesta sessão de perguntas, que fez uma enorme quantidade de perguntas. Ora, como sabem o Governo tem necessidade de as seleccionar, de manter a que os trabalhos possam decorrer dentro do período de funcionamento da Assembleia na sexta-feira de manhã.

De facto, o Governo está precisamente condicionado, pelo que, se V. Ex.^a me permite, explicaria pedagogicamente ao CDS que, se utilizasse o esquema que tem sido adoptado pela generalidade dos outros partidos, o Governo não podia escolher, pois os partidos fazem as perguntas em quantidade suficiente, de modo a que o Governo responda sem escolher.

Se o Sr. Deputado faz dez perguntas, tenho que escolher uma. Não vou discutir se a pergunta escolhida é a que mais interessa, a que está mais na actualidade, mas de certeza é aquela que o Governo considera mais oportuna, que está na

«berra» e que tem o Ministro da tutela disponível para responder. Se V. Ex.^a circunscrever as perguntas, como já tem feito, a uma quantidade mais pequena, esse problema não se dará. É uma questão regimental.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, a sua intervenção não foi bem uma interpelação à Mesa, mas o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares lança a questão de a sessão de perguntas ao Governo poder ser feita num outro dia que não à sexta-feira, o que traria menos limitação de tempo. Será uma questão que a conferência de Líderes tomará em devida conta numa próxima decisão sobre esta matéria.

Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação: — Não é bem uma resposta, pois o Sr. Deputado Nogueira de Brito não me colocou qualquer questão nesta sua segunda intervenção.

Com a inteligência e a argúcia que lhe conhecemos de distinto parlamentar, aproveitou a segunda parte da sua intervenção para tecer considerações de ordem mais geral sobre o Governo e que, como membro do Governo, não posso deixar de fazer um pequeno comentário.

Sr. Deputado, a reforma do sistema educativo e a metodologia que tem sido utilizada não é a do Ministro da Educação, é a metodologia de todo o Governo, que foi aprovada e sancionada pelo Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, a quem o Ministro da Educação deve incitar lealdade e solidariedade e é, por conseguinte, uma metodologia aprovada, sancionada e subscrita por todo o Governo.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Bem feito!

O Orador: — Não cabe, neste caso, mérito especial ao Ministro da Educação, e se algum mérito há, cabe igualmente a todo o Governo.

Quero também dizer-lhe que a questão da educação é uma questão que, filosoficamente, como o Sr. Deputado bem comprehende, tem a ver com o passado, tem a ver com o presente e tem a ver com o futuro.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Assim não vai longe!

O Orador: — A reforma do sistema educativo que estamos a procurar projectar é uma reforma que não aliena, nem belisca minimamente aquilo que é a tradição fundamental portuguesa e é uma reforma que tem a ver, fundamentalmente, com os grandes alicerces da educação e do sistema que queremos construir em Portugal para o ano 2000 e para o terceiro milénio.

E dentro daquilo que é, no fundo, o grande dilema da filosofia da educação — que é o dilema entre tradição e modernidade, que é o dilema entre preservação e herança e inovação e transformação — a disciplina da História, a que há pouco não tive ocasião de me referir, ocupa um lugar central e um lugar nuclear.

Eu sou aquele que, em 1980, Sr. Deputado, como Secretário de Estado da Educação, reintroduziu a História de Portugal no ensino primário, que não existia desde 1974-1975. Criei recentemente, com o Sr. Ministro Adjunto e da Juventude, uma Comissão para os Descobrimentos, precisamente para levar os Descobrimentos à escola, através de acções junto do corpo docente, junto das crianças, através da elaboração de materiais didáticos apropriados para o efeito.

Na proposta curricular que está em debate reintroduz-se, porque hoje não existe, uma História de Portugal, não apenas no primeiro ciclo do ensino básico, mas a História de Portugal no 5.º e 6.º anos de escolariedade, que é hoje o equivalente ao antigo ensino preparatório.

Por conseguinte, Sr. Deputado, Srs. Deputados e Sr. Presidente, queria reafirmar, da parte do Governo, o enorme respeito que temos pela disciplina e pelo ensino da História, como não podia deixar de ser numa reforma do sistema educativo que tem de respeitar integralmente estes oito séculos de história e tem de respeitar integralmente aquela saudade imensa de um futuro melhor que, como dizia o poeta, nós temos de construir e temos de instilar em toda a sociedade portuguesa.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, como sabe e a Câmara conhece, aquando da instalação do Gabinete da Área de Sines este ficou com jurisdição sobre aproximadamente 40 000 ha, foi definida uma área de expropriação sistemática de cerca de 22 000 ha, dos quais vieram a ser efectivamente expropriadas cerca de 18 000 ha, e destes 18 000 ha, digamos, 15 000 ha, ficaram destinados à exploração agro-florestal, no essencial directa por parte do Gabinete, ficando cerca de 3000 a 4000 ha, destinados a áreas sociais.

Neste quadro, o Gabinete da Área de Sines promoveu a elaboração de um estudo de ordenamento de toda essa área, conduzido por técnicos de mais do que reconhecida competência e que deu lugar a um estudo pormenorizado que é, sem dúvida, um dos estudos mais notáveis que no nosso país se fez nessa matéria, com o pormenor a que desceu.

Decidida a extinção do Gabinete da Área de Sines, a comissão de extinção, entendeu abrir concurso para a concessão da exploração das áreas agrícola e florestal ao sector privado e aqui começam a colocar-se algumas questões: é que, para a abertura desse concurso, decidiu-se proceder a um lotamento das áreas agrícola e florestal e, quando nos debruçamos sobre os lotes que vieram a ser estabelecidos, constatamos que esse lotamento começou por ser feito, fazendo tábua rasa de todo o estudo de ordenamento agrário dessa zona. Assim, verificamos, por exemplo, que um lote agrícola de 290 ha inclui 120 ha, portanto, quase metade do que os estudos apontavam como devendo ser preservados para a exploração florestal.

Por outro lado, há lotes que tinham sido pensados para agricultura e que foram destinados à silvicultura; nos lotes florestais, por exemplo, a Herdade da Provença, que o Sr. Secretário de Estado talvez conheça, e que fica situada a jusante da barragem de Murgavel, que se tinha, pelos estudos feitos, considerado prioritariamente para a hortofruticultura, é entregue no quadro da concessão da exploração florestal.

Por outro lado, consolida-se a situação dos rendeiros à revelia do plano de ordenamento, isto é, não se aproveitou esse processo de reconhecimento dos direitos dos rendeiros para os consolidar tendo em conta o ordenamento agrário, mas para consolidar o *statu quo* actual com todos os efeitos que tem. Definem-se lotes agrícolas que vão ser dados em concessão, sem ter em conta a existência de foreiros com centenas de anos de foro, incluídos nessas zonas e sem nos precavermos quanto aos conflitos sociais que vão surgir.

Muito haveria ainda a dizer quanto à total ausência de respeito pelo estudo de ordenamento que foi feito no loteamento e não se entende como é que o loteamento agrícola se coaduna com aquilo que o Governo proclama como a sua política em matéria de utilização de terras, nomeadamente de apoio à instalação de pequenos agricultores, quando os lotes que são definidos no concurso agrícola são da ordem dos 300 ha. Como é que se admite que as entidades concorrentes possam concorrer a um, dois ou três lotes, isto é, que eventualmente possam vir a ser concedidos a uma única entidade os três lotes. Se cada lote, de per si, já conflituaria com a proclamada política de apoio aos pequenos agricultores, como é que se coaduna, já num outro plano, o da estrita legalidade, a possibilidade de concurso e de atribuição de 1000 ha com o disposto na Lei de Bases da Reforma Agrária — ainda em vigor, custe a quem custar — e que fixa um limite de 700 ha para a exploração da chamada zona de intervenção da reforma agrária?

Digamos, Sr. Secretário de Estado, há aqui duas questões fundamentais: a falta de respeito pelo mínimo de orientação e de ordenamento agrário, que foi estudado na atribuição desses lotes, e a falta de respeito pelas disposições legais.

Como é que o Sr. Secretário de Estado, por um lado, justifica quais foram os critérios na definição dos lotes e, por outro lado, como é que compatibiliza a proclamada política do Governo e as limitações legais ao modo como foi feito o loteamento e promovido o concurso da área agrícola?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais (Macário Correia): — Sr. Deputado Lopes Cardoso, sobre as questões que me formulou, posso dar-lhe a ideia genérica do Governo quanto à extinção do Gabinete da Área de Sines e quanto às concessões dos terrenos que foram expropriados e que lhe estavam confiados.

Há, genericamente, três grandes áreas que estão a ser objecto de concessão: uma área de aquicultura, uma área de agricultura e uma área florestal.

Em relação à primeira, acaba de ser feita a adjudicação em termos que lhe posso, de resto, precisar: o Gabinete da Área de Sines adjudica, portanto, à Sociedade Nacional de Sabões a concessão dos terrenos destinados à exploração piscícola, situados junto à central termoeléctrica da EDP, em Sines, na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, de 23 de Novembro passado; o adjudicatário é o único concorrente, obriga-se à realização de investimentos da ordem de 1 900 000 contos, a preços constantes de 1988 e até 1999, parcialmente coberto por apoios comunitários do FEOGA e do Fundo Social Europeu, sendo o prazo da concessão de 25 anos.

Este emprendimento possibilita a criação de 260 novos postos de trabalho, no período cruzado, clemente da máxima importância num distrito com elevados índices de desemprego.

Quanto ao valor das rendas e quanto a outros aspectos, penso que não valerá a pena entrar em detalhes, salvo o facto de referir que o valor das rendas, no período da concessão, atingirá um montante de 36 100 contos, a valores constantes de 1988, prevendo-se uma facturação média anual, no período cruzeiro, de 1 600 000 contos e pagamento de impostos sobre os lucros da ordem dos 150 000 contos anuais.

Em relação ao segundo aspecto, que é a agricultura, de facto foram feitos três lotes. A apreciação está ainda em curso e no que diz respeito aos aspectos do ordenamento e da legalidade referidos, um e outro são contemplados. Em relação aos aspectos de ordenamento, obviamente que a comissão de análise das propostas (o júri constituído) integra em si especialistas de reputada competência e a designação «agrícola» ou «florestal» não quer dizer que nesse espaço em concessão se tenha uma visão tão simplista da questão. Naturalmente que serão ponderadas as diferentes opções, as diferentes propostas que os concorrentes apresentarem e é nessa estrita análise técnica, económica, silvícola e florestal que a concessão será adjudicada ao melhor concorrente ou, se nenhum dos concorrentes vier a satisfazer as condições do concurso, reserva-se o júri de encontrar uma solução mais adequada, que será a não adjudicação ou a abertura de um outro concurso daqui a algum tempo.

Portanto, em relação à aquicultura e à agricultura, é esse o esclarecimento que lhe posso dar. Em relação à floresta, duas situações se põem: em primeiro lugar, e respeitando esse ordenamento que referiu, há uma área considerável, de cerca de 4500 ha, que é, nitidamente, floresta de proteção, consoante esse mesmo estudo que referiu aponta.

Essa floresta de proteção é, no fundo, a massa vegetal que protege o cordão dunar de alguns quilómetros a norte e a sul do cabo de Sines e, pela sua vocação eminentemente ligada aos aspectos ambientais, porque consagra ainda algumas áreas lagunares importantes, como a Lagoa de Santo André ou a Lagoa de Sancha, naturalmente que tem essa vocação ambiental e, por isso, é intenção do Governo fazer a transcrição dessa área para o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, instituto público vocacionado para a gestão desse tipo de áreas.

Em relação à outra área, que se convenciona chamar de floresta de produção, foi, de facto, aberto um concurso ao qual concorreram alguns concorrentes, na circunstância quatro. Esse concurso visa não apenas a exploração florestal, mas também e sobretudo a instalação de uma indústria que seja criadora de emprego naquela região de Sines, laborando aquela massa florestal e, naturalmente, alguma outra da região.

Quanto ao ordenamento, não há qualquer dissintónia em relação aquilo que existe, e que é conhecido como fonte de ordenamento para a região. Em relação à legalidade, obviamente que ela é cumprida, porque as empresas públicas, as cooperativas, que de algum modo têm situações de exceção em relação à legislação referida, naturalmente que podem também concorrer.

De qualquer modo, posso-lhe adiantar, em termos finais, que uma das condições do concurso é o respeito pela lei geral e, portanto, não haverá qualquer situação de desrespeito pelo ordenamento ou de ilegalidade em relação às concessões em apreço.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso, para pedir esclarecimentos.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Secretário de Estado, vamos deixar de lado a questão do aproveitamento piscícola que não foi suscitada por mim.

Relativamente à compatibilização entre os lotes colocados e o ordenamento, gostaria de lhe pôr uma questão: foi aberto um concurso para aquilo que o Gabinete da Área de Sines ou a comissão liquidatária considera área agrícola, para exploração agrícola, com regras que a distinguem da exploração florestal. Como é que pode admitir

isso se compatibiliza com o plano do ordenamento, quando, por exemplo, toda esta zona — e o Sr. Secretário de Estado sabe a que me estou a referir — foi considerada prioritária para culturas forçadas, tendo sido definido como zona prioritária o bloco B inscrito no quadro identificativo das áreas agrícolas e florestal do Gabinete da Área de Sines, para o qual o professor Caldeira Cabral realizou estudos executivos e de compartimentação e hoje toda esta zona é integrada num lote de terrenos que abrange também os que são destinados à exploração florestal.

Deste modo, e ao arrepio do que o plano do ordenamento diz, esta zona é integrada no plano florestal. A zona que neste quadro estava reservada para exploração florestal é afinal integrada num lote agrícola.

Por outro lado, os lotes agrícolas são integrados sem que se tivesse previamente procurado solucionar a situação de todos os foreiros. O lote será eventualmente entregue, em regime de concessão, a uma empresa; cla que resolva o problema dos foreiros, não sei bem como nem sei como é que isso se integra no plano do ordenamento.

Em relação à zona que é considerada para exploração florestal, já tive ocasião de referir, Sr. Secretário de Estado, que toda a área a jusante da barragem de Morgavel, considerada como particularmente apta para culturas fruto-hortícolas e hortofrutícolas, é integrada na exploração florestal pelo plano do ordenamento. Mais, há toda uma outra zona relativa ao lote A do concurso florestal que, se não estou em erro, naquele concurso foi considerada para exploração florestal e que, entretanto, teria sido entregue ou estaria para ser entregue à Associação de Jovens Agricultores Portugueses para exploração agrícola. Essa zona comporta pomares recentemente plantados e vai ser enviada para a exploração florestal.

Considero, pois, que é difícil que se possa admitir a compatibilização entre o plano do ordenamento e o concurso promovido pelo Gabinete da Área de Sines.

Com efeito, Sr. Secretário de Estado, não é aceitável que só depois da abertura de um concurso, definido no quadro da exploração agrícola e separado da exploração florestal, para o qual as empresas foram convidadas a apresentar planos de exploração agrícola, tenham essas mesmas empresas de definir a exploração florestal dentro da área que o próprio Gabinete da Área de Sines considera agora, ao arrepio do plano do ordenamento, como área de vocação agrícola.

Quanto ao problema do respeito pela lei geral, concluo que a única empresa, se as minhas informações estão correctas, que concorreu aos três lotes de exploração agrícola não poderá ver adjudicada a concessão, porque não pertence a nenhuma das categorias que constituem excepções, segundo a Lei de Bases da Reforma Agrária. Mas, quanto a este aspecto, caímos numa situação ainda mais grave: é que à partida nada impedia essa empresa de concorrer e, afinal, ela concorre e não pode atingir os objectivos do concurso, e isto acontece porque o concurso, sem distinguir a natureza das empresas, permite que elas concorram a um, dois ou três lotes.

Portanto, quando o Sr. Secretário de Estado vem aqui afirmar que a adjudicação respeitará integralmente a lei, somos levados a concluir que essa empresa não pode beneficiar da adjudicação dos três lotes a que concorreu, e, nesse caso, está-se a frustrar, ao arrepio do que eram as condições do concurso, as expectativas dessa empresa.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, tem a palavra para responder, se o desejar.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais: — Sr. Deputado Lopes Cardoso, em relação às

questões que me levanta, posso adiantar-lhe o seguinte: quanto à última questão, ela é simples. Quando abrimos um concurso, abrimo-lo de acordo com a lei geral vigente e esse concurso permite naturalmente ter como opositores várias empresas com diferentes estatutos que a ele queiram concorrer. Da apreciação das propostas apresentadas resultará a adjudicação a alguma dessas empresas correntes, mas se nenhuma delas satisfizer as condições previstas na lei e a situação imposta pelo próprio concurso, obviamente não haverá adjudicação.

No entanto, não lhe poderei adiantar desde já essa conclusão sem conhecer a apreciação final do júri, que, de facto, está na fase de conclusão. Talvez daqui por duas semanas o resultado já seja conhecido, mas, entretanto, nada mais lhe posso adiantar nesse campo. O que garanto, digo e reafirmo, é que a legalidade será naturalmente respeitada.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Dá-me licença, Sr. Secretário de Estado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Muito obrigado, Sr. Secretário de Estado.

Suponho que o Sr. Secretário de Estado tem conhecimento de que concorreu apenas uma empresa e que ela não se enquadra nas excepções previstas na Lei de Bases da Reforma Agrária.

O Orador: — Sr. Deputado, em relação ao concurso para os terrenos agrícolas concorreu, de facto, uma empresa — aliás, essa é a visão do júri em relação à análise das propostas que foram entregues e de acordo com os critérios que foram respeitados — e existem vários lotes em concurso. O que poderá acontecer é que a empresa não conheça a adjudicação em todos os lotes, isto é, poderá acontecer que, de acordo com a lei e o plano do ordenamento, a empresa satisfaça as condições em relação a algum dos lotes mas não em relação a todos.

Penso que esta questão fica assim clarificada.

Quanto à questão da composição dos lotes e à relação da horticultura com a floresta e o respeito devido pelo ordenamento, quero dizer que importa fazer as concessões em grandes blocos e não de acordo com o recorte minifundiário que o tal ordenamento consagra. Porque, se assim não procedermos, iremos fazer umas largas dezenas ou centenas de concursos de acordo com a aptidão técnica de cada ponto do território. Não é isto que está em causa; o que está em causa é a realização da concessão em grandes manchas, o que leva a que, dentro de uma mancha grande onde a aptidão florestal é predominante, existam pequenas manchas, pequenos espaços onde a horticultura, e a horticultura forçada, pode ser a opção técnica mais aconselhada. Isso será naturalmente respeitado e considerado pela comissão de análise e, na minha qualidade de profissional conhecedor da matéria, como o Sr. Deputado também é, garanto-lhe que estes aspectos serão totalmente respeitados. Ainda que o «bloco» e a «capa» se chame «florestal», não quer dizer que dentro dessa grande área constituída por lotes da dimensão que referiu, e que atingem as centenas de hectares, não haja opções por outras actividades agrícolas ou agrárias *sensu lato* diferentes daquela que capta a intenção do lote.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Herculano Pombo, tem a palavra para formular a pergunta ao Governo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Certamente compreenderão que a pergunta que vou dirigir ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais não é a que gostaria de dirigir-lhe ou a que mais gostaria de obter resposta. Na verdade, pela terceira vez manifestei ao Governo pretender colocar-lhe questões no sentido de saber qual é a sua opinião actual sobre o processo de alargamento do Campo de Tiro de Alcochete, mas o Governo entendeu que o Sr. Secretário de Estado devia responder antes à eucaiptação e à desertificação, e aqui estamos: eu a perguntar e ele a responder.

É com o maior prazer que vou questionar o Governo, pois considero o Sr. Secretário de Estado um membro do Governo tão responsável como qualquer outro, embora preferisse vê-lo como titular de um ministério do ambiente, que não existe ...

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Dá-me licença, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Deputado pode formular as duas perguntas.

O Orador: — Com certeza, Sr. Ministro. É muita generosidade da sua parte, pois desde Agosto que tentei colocar ao Governo estas questões e finalmente chegou o dia. Sinto-me imensamente feliz.

Como ia dizendo, é um grande prazer, pois é o primeiro embate público que tenho com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e considero-o um membro do Governo tão responsável como qualquer outro, mas preferia vê-lo como titular de um ministério do ambiente que não temos.

Por outro lado, o Sr. Secretário de Estado tem proferido afirmações que vêm ao encontro do que temos defendido sobre a situação florestal. Nesse aspecto estamos basicamente de acordo, pois verificamos haver coincidência entre as ideias expressas pelo Sr. Secretário de Estado e as nossas críticas e, portanto, é com redobrado prazer que lhe coloco a questão que está agendada e, dada a magnanimidade do Governo, formulou também a outra questão que versa o Campo de Tiro de Alcochete. Espero que a Mesa me conceda o tempo suficiente para isso, bem como ao Sr. Secretário de Estado para responder.

Começarci pela questão que estava agendada, para o que solicito a paciência da Câmara.

Sr. Secretário de Estado, o documento oficial sobre o estado do território e o ordenamento, que, segundo creio, é da sua responsabilidade, reconhece que, de facto, a erosão, em Portugal, é um «caso sério», para o qual se exige que se tomem medidas no seguimento desse reconhecimento.

Por outro lado, todos sabemos que a principal causa da erosão — especialmente nos países mediterrânicos, nomeadamente Portugal, que mais estão sujeitos a tais causas — é o impacte negativo das actividades humanas que, no nosso país, incluem, entre outras, o elevado número de incêndios atribuídos a causas desconhecidas numa percentagem que atinge aproximadamente os 87 % (c isto obviamente tem outra tradução) e também uma prática agrícola e florestal perfeitamente incorrecta.

Estas duas acções humanas, digamos assim, têm como consequência o agravar dos processos de erosão e de desertificação e a perda anual de elevadíssimas quantidades de solo agrícola. Cabe aqui lembrar que a estratégia mundial de conservação aponta como uma das primeiras prioridades,

em todo o mundo e principalmente nos países da Europa, a salvaguarda do solo agrícola como recurso natural não renovável, porque os processos de renovação verificam-se a tão largo prazo que não se pode falar em recurso renovado relativamente a esta questão.

Nessa conformidade — já o afirmei repetidas vezes, quando ainda não gozava de imunidade parlamentar e depois disso também já o referi várias vezes — penso que a Administração e o Governo — e não só este mas todos os outros governos do passado — são os responsáveis directos pela vaga de incêndios que todos os anos assola o País e pela desertificação, pelo menos aquela que é provocada por práticas agrícolas e silvícolas incorrectas.

Perante estes factos, pergunto à entidade que considero directamente responsável quais as medidas que pensa tomar no sentido de parar com isto, de repor a situação nos casos em que ainda é possível e assim evitar catástrofes futuras.

Seguidamente, se me permite Sr. Presidente, colocava a segunda questão, que é muito simples.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Herculano Pombo, a Mesa, por omissão, e tendo em conta, também por omissão, a posição das várias bancadas, teria permitido que continuasse. Só que o Sr. Deputado dispunha de quatro minutos para formular as duas perguntas e neste momento já gastou três minutos. Resta-lhe, pois, mais um minuto para concluir as duas perguntas que entendeu dever formular.

O Orador: — Sr. Presidente, screi breve, até porque a pergunta é muito simples e é a seguinte: a situação do alargamento do Campo de Tiro de Alcochete que já referi começa a clarificar-se. Como os Srs. Deputados têm certamente conhecimento, as obras no Campo de Tiro estão praticamente concluídas. Na última sessão de perguntas ao Governo, o Sr. Ministro da Dfesa reconheceu que, em face do impacte ambiental e social negativo que resulta da ampliação do Campo de Tiro de Alcochete, o Governo equacionaria a médio prazo uma solução alternativa. Por outro lado, tenho no meu dossier afirmações escritas que foram proferidas pelo Sr. Secretário de Estado — ainda não no exercício das actuais funções, mas nos anteriores —, em que manifestava inequivocamente ser de opinião que o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete provocava um impacte ambiental negativo e punha em causa a sobrevivência da reserva do estuário do Tejo, que, como sabem, é a principal zona húmida do País e está preservada ao abrigo da Convenção de Ramsar.

Nesta conformidade coloco agora pela terceira vez a pergunta a que o Sr. Secretário de Estado certamente vai responder.

É do meu conhecimento — também por vias travessas, pois os meus requerimentos ao Governo não obtiveram resposta, o que mais uma vez lamento — que, aquando da realização das obras no Campo de Tiro de Alcochete, o Sr. Secretário de Estado teve a ocasião de as visitar e de transportar sobre si uma «bomba» daquelas que só se utilizam durante algum tempo, não tendo daí resultado qualquer dano, como se pôde comprovar; e, sabendo ainda que foi submetido a uma lavagem cerebral por parte da estrutura militar, pergunto-lhe: o que é que se passa de facto? Mantém os seus receios quanto ao alargamento do Campo de Tiro de Alcochete ou continua a ser verdade que esse campo é uma macroestrutura que vai alterar as condições de vida, não digo de todas as espécies, mas pelo menos de 75 % da colónia de alfaiares invernante na reserva do estuário do Tejo?

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, tem a palavra, para responder. Apelamos para o seu poder de síntese.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais: — Sr. Deputado Herculano Pombo, é com todo o prazer que o Governo se encontra hoje aqui para responder tanto à matéria de ambiente como a outras, pois não fugimos naturalmente às questões. Desejo agradecer tanto à Mesa como aos Srs. Deputados o facto de terem concedido ao Sr. Deputado Herculano Pombo a facilidade de poder receber esclarecimentos sobre as duas questões.

Começando pela última questão colocada e que tem a ver com o Campo de Tiro de Alcochete, porque foi de facto aquela que mais preocupações lhe causou, vou responder-lhe com todo o prazer.

Devo dizer-lhe que não visitei nenhuma obra no Campo de Tiro de Alcochete porque lá não existem obras em curso nem fui objecto de qualquer lavagem ao cérebro porque não conheço essa figura nem permitiria que me utilizassem. Há certamente outros países onde — consta-se — se fazem essas coisas! Crio que em Portugal isso não se faz, mas devo dizer que resistiria a qualquer tentação nesse sentido. Em relação ao que se passa de concreto é o que o Sr. Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa já aqui, nesta Câmara, expôs: houve uma intenção do Governo no sentido de dar melhores condições às indústrias de defesa para que estas concretizem alguns exercícios naquela área, mas há igualmente preocupações de ordenamento do território e de ordem ambiental que importa salvaguardar, e essas nunca foram esquecidas.

Devo dizer, a propósito, que é intenção do Governo criar uma equipa de trabalho para avaliar o impacte ambiental, económico e social dessa eventual ampliação.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Portanto, não se encontram quaisquer obras em curso, não há qualquer decisão que seja irreversible e tanto os aspectos ambientais como outros serão, naturalmente, salvaguardados.

Em relação à primeira questão e que tem a ver com os problemas de erosão e de desertificação, se me permite a síntese, vejo que, de algum modo, apontou duas causas e referiu dois efeitos. Apontou como causas a plantação de eucaliptos e a destruição do coberto vegetal e como efeitos muito claros a erosão e a desertificação.

Em relação a estes aspectos — e o tempo regimental de que dispomos não me permite uma grande explanação —, poderei dizer, claramente, que a plantação de eucaliptos é, obviamente, uma preocupação da política de ambiente, mas temos de os ver de uma forma global. Hoje, em Portugal, a plantação de eucaliptos gera 8000 empregos — 4000 directamente na floresta e outros tantos na indústria —, gera 85 milhões de contos de exportações e, naturalmente, que essa importância não deve ser ignorada. Hoje os eucaliptos ocupam quase meio milhão de hectares em Portugal, cerca de 14 % da área florestal, e já referi a importância que têm na exportação global.

De qualquer modo, Portugal, em termos de economia florestal, é importador de papel e as nossas exportações globais de matéria-prima são, sobretudo, para a Espanha, Itália e para alguns outros países, o que leva a que, de acordo com as contas globais em termos de volume, nos próximos anos possa acontecer, de facto, uma rotura no abastecimento de papel à indústria nacional, e isso naturalmente preocupa-nos.

Ainda em relação à questão dos eucaliptos, devo dizer que o Governo está atento. Posso anunciar-lhe que dentro de muito pouco tempo será conhecido novo diploma sobre a regulamentação da plantação de espécies de crescimento rápido, que visa salvaguardar quatro aspectos que nos parecem fundamentais e que são os seguintes: não se farão plantações de eucaliptos sem o parecer dos serviços técnicos competentes, tais como a Direcção-Geral das Florestas e o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza; haverá regras muito claras, em termos de ordenamento florestal, para evitar a continuidade da exploração; haverá, como condição prévia, vinculativa, a apresentação de um estudo de impacte ambiental quando a área for acima da que está estipulada nesse diploma, e haverá ainda um parecer do município em que se situa a área em causa, atitude que até ao momento não existe e, como temos constatado, é imprescindível.

São estes os quatro aspectos que queremos salvaguardar com esta nova legislação.

Em relação ao aspecto da destruição do coberto vegetal, poderei também referir um projecto de diploma que está em fase avançada no processo de aprovação e visa a reposição de situações nas áreas ardidas porque o Governo não quer ver mais incêndios motivados por especulação imobiliária que a seguir dão origem a lotamentos. Por isso, há medidas legislativas, como disse em preparação acelerada, que dão resposta a esse problema.

Em relação às questões gerais da erosão e da desertificação, posso aqui referir o que está em «marcha» nesse campo e que se liga muito com o Conselho de Ministros do Ambiente da CEE realizado há uma semana, onde estive presente e cujo ponto único da ordem de trabalhos foi a interface agricultura-ambiente, o qual tinha como clara preocupação as questões de erosão, que de resto se articula com os trabalhos em curso na OCDE e com as recentes medidas anunciadas pela Comunidade no que toca ao *set-aside* e outras medidas que visam claramente a preocupação com os solos marginais que estão, por enquanto, sob utilização agrícola.

Relativamente a esta matéria, o Governo tem também, já em estado acelerado, em preparação uma lei sobre a protecção do solo, em termos globais e não apenas referente à reserva agrícola nacional, que ainda existe mas que visa apenas preocupações referentes a 28 % desse solo, preocupações essas de uma só natureza como o seu uso superficial, não tendo, por exemplo, em conta a poluição do solo, que neste momento é objecto do lançamento de 1 milhão de toneladas de produtos químicos perigosos, ou outros aspectos, como seja o da erosão ou a compactação desse solo.

A legislação em vigor não visa também dar resposta ao problema da reserva agrícola nacional, pois apenas tem regras para a excepção do decréscimo progressivo do solo agrícola, não incentivando, pela positiva, o aproveitamento do solo agrícola que pode ser despedregado, pode ser objecto de introdução de matéria orgânica, de água ou de outros elementos que lhe permita adquirir outras qualidades.

Penso que seria esta a pergunta que gostaria de me fazer. Porém, o tempo de que dispomos impede-me de lhe responder em mais detalhe. Aquilo que disse a princípio vem naturalmente ao encontro daquilo que tenho dito: a política de ambiente é uma política de todos, para todos e com todos, e está muitas vezes acima dos partidos, faz-se com os olhos postos no futuro, sobretudo na juventude, mas também com os olhos postos no hoje e no amanhã.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo, que dispõe de três minutos para pedir esclarecimentos.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Secretário de Estado, algumas das afirmações que fez são do meu agrado, são coincidentes com as minhas ideias; no entanto, a prática do Governo não tem sido manifestamente do meu agrado porque continua a não ter nada que ver a «letra com a careta», perdoe-me a expressão.

Esta Câmara já ouviu tudo o que é possível e imaginário sobre o Campo de Tiro de Alcochete. Hoje ouvimos dizer que não há obras e há uma semana atrás ouvimos dizer que estava quase tudo feito. Há bem pouco tempo alguns dos deputados que aqui estão ouviram directamente da boca do mais alto responsável militar que «são uns lunáticos, pois andam a pensar que aquilo é um projecto de alargamento e não é, é um alargamento quase concluído, e portanto, tirem o 'cavalinho da chuva' porque já não vale a pena».

Ora bem, depois de tudo isto, o Sr. Secretário de Estado vem aqui dizer que não há obras, que até vai fazer um estudo. Em que ficamos?! Continuo a perguntar o que se passa, ... não queria dizer que alguém me anda a enganar, mas parece! ...

O Sr. Marques Júnior (PRD): — É em «Alcochete»!

O Orador: — Portanto, o que proponho é que o Governo assuma uma posição única se for capaz disso, do que duvido, porque considero que neste governo há interesses, enfim, há questões antagonicas que são assumidas por diversas pessoas que talvez não sejam capazes de se pôr de acordo em determinado tipo de matérias como esta.

Na verdade, as questões da paz e do abuso que se faz do ambiente não são compatíveis com o militarismo crescente e com a apetência para participar em esquemas militaristas internacionais de que este governo tem dado provas.

Portanto, penso e espero que nesta matéria não haja acordo, como também espero que o Sr. Secretário de Estado, que tem assumido desde há longa data a defesa dos interesses das comunidades — e não só da comunidade humana mas também das outras comunidades animais e vegetais que habitam o território —, persista nesta sua luta, para o que contará obviamente com o nosso apoio, se for uma luta justa e dirigida no bom sentido.

Deixo aqui o repto ao Governo no seu todo, e não ao Sr. Secretário de Estado, no sentido de vir a público esclarecer o que se passa de facto no Campo de Tiro de Alcochete. Pergunto: há ou não impacte ambiental? Vai fazer-se o estudo depois das obras?! Como é que é? Cumpre-se ou não a legislação? Ou há, enfim, pressa em que se faça o Campo de Tiro de Alcochete porque não tardará aí a Feira Internacional de Armamento de Lisboa, que foi considerada uma das que tem hipótese no panorama mundial exactamente por existir um campo de tiro aqui tão perto, onde é possível experimentar tudo o que é brinquedo? Mais uma vez nós e a opinião pública cá ficamos a aguardar por uma definição do Governo nesta matéria.

Passando agora à questão de eucaliptação, que estava prevista no agendamento, diz o Sr. Secretário de Estado, e por isso a minha estranheza, que os 14 % da área florestal a que corresponde a zona eucaliptada proporcionam 8000 postos de trabalho e que têm meio milhão de contos de rendimento, etc. ... O Sr. Secretário de Estado sabe tão bem como eu, ou até melhor, que o eucalipto é uma espécie exótica e, como tal, por definição, segundo os «livros da 1.ª classe da ecologia», a introdução massiva de

uma espécie exótica tem um impacte que não é possível quantificar nem sequer medir e, portanto, trará como consequência igual catástrofe à que todos temos presente aquando da introdução dos coelhos feita pelos Ingleses na Austrália ou da posterior introdução das raposas, etc. ..., de que resultou a mixomatose na Europa. Se se derem ao cuidado de lerem todo este circuito entenderão por que é que estamos tão preocupados com a introdução de uma espécie como a de eucalipto, embora não estejamos só preocupados com esta espécie.

Mas o que queria perguntar-lhe é o seguinte: quantos postos de trabalho é que calcula que se perdem pelo facto de não se fazer eucaliptação e fazer-se, por exemplo, a protecção ao montado de sobreiro e azinheira?

Tendo em conta que todos os dias recebemos, nesta Assembleia — e não será apenas no meu gabinete —, queixas de industriais de madeira pela falta de matéria-prima para laborar ou de industriais de cortiça, porque já estamos a importá-la quando éramos o primeiro exportador, pergunto: quanto é que se perde por não se fazer aquilo que se devia fazer, isto referindo apenas os aspectos económicos?

Quanto ao novo diploma, devo dizer que o Governo nos vais brindar, mais uma vez, com uma nova iniciativa legislativa. Este governo, assim como o anterior, tem sido de facto pródigo, em matéria de ambiente, em fazer saírcis, leis, leis ... que podemos considerar as melhores da Europa, até porque se aproveitaram do trabalho e da experiência dos outros (o que é legítimo), mas depois não se faz a sua aplicação, nem mesmo das leis antigas. Por exemplo, os crimes pelo arranque de sobreiros e oliveiras carregadas de azeitonas — e já tive ocasião de os denunciar aqui e denunciá-los-ei onde for necessário — não são castigados nem punidos e há para isso legislação, tais como os Decretos-Leis n.os 221/78 e 14/77 e as leis de D. Dinis (que provavelmente ainda estarão em vigor) sobre a protecção ao montado de sobreiro e azinheira. Como dizia o rei D. Dinis, «não dancis estes meus sobrais» e estamos a daná-los!

O Sr. Marques Júnior (PRD): — Muito bem!

O Orador: — Pergunto: o que é que o Governo tem feito no sentido de fazer actuar os mecanismos para castigar e reprimir estas práticas que são usuais?

Concluirci dizendo que já apresentámos um projecto para a limitação da plantação do eucalipto, da acácia e do ailanto, que são, neste momento, as três espécies infestantes que mais nos preocupam e, provavelmente, algumas das normas propostas serão coincidentes com o diploma do Governo. Mas o que nos preocupa, de facto, é a aplicação prática da legislação e não só a sua feitura.

Terminarei, Sr. Presidente, dizendo que espero que os lobos não voltem a ter de uivar como o fizeram aquando da plantação dos pinheiros no tempo da ditadura, como muito bem nos ensinou o mestre Aquilino. Em democracia, gostaria que os lobos não tivessem que uivar!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em relação a esta dupla situação em que nos encontramos, duas perguntas em simultâneo, quero dizer-lhe que, quanto à primeira, a posição do Governo é única e muito clara como, de resto, tem sido explicado. Mais uma vez digo e repito

que não há obras em curso na eventual zona de ampliação do Campo de Tiro de Alcochete. Se alguma obra existe é de menor e na área onde já existe esse campo há cerca de 00 anos, como é sabido.

Quanto ao resto, não vale a pena repetir o que já há pouco lhe disse. A nossa posição é a de avaliar, a de estudar o impacte ambiental e só do resultado dessas conclusões é que alguma coisa de novo acontecerá.

Em relação ao eucalipto, devo dizer que é, de facto, uma espécie exótica, como centenas de outras que existem em Portugal, e a nossa posição em relação a isso tem de ser muito sensata e não pode ser a de considerar o eucalipto como sendo a mais nefasta das espécies existentes em Portugal. Se o eucalipto for colocado no devido lugar, de acordo com os critérios técnicos mais adequados, é uma planta que responde com rendimentos muito bons para a agricultura portuguesa. O eucalipto pode hoje correntemente dar um rendimento líquido de 35 a 40 contos/hectare/ano, quando outras espécies dão, no imediato, um rendimento que não vai além de metade desse valor.

Em termos de economia de longo prazo e em termos de resultado final desse solo, dessa comunidade biológica, em que situação é que fica o eucalipto? Sobre esta matéria é clara a opinião dos técnicos. Naturalmente que o consumo de água para os processos fotoquímicos do eucalipto é considerável, não é a árvore mais adequada para plantar em muitas circunstâncias, mas sê-lo-á noutras.

Aquilo que queremos é que haja um ordenamento florestal, que haja regras claras para que o eucalipto possa ser plantado onde deve ser e é nesse sentido que estamos a trabalhar.

Em relação aos aspectos da aplicação da legislação, é intenção, quer do Governo quer da Assembleia, fazer legislação que nos permita ter instrumentos para a resolução das situações. Saber se essa legislação está ou não a ser cumprida é um assunto que a todos, deputados e a membros do Governo, preocupa, pelo que temos, todos, que ser vigilantes, actuantes, pertinazes, na sua aplicação. Essa é a tarefa que não só a mim como a todos diz respeito.

Uma voz do PS: — Para trabalhar somos todos mas para gozar são só alguns!

O Orador: — Devo dizer-lhe que não é a primeira vez que eu, nesta ou noutra função, sou subscriptor de embargos de plantações de eucaliptos e não tenho receio de o tornar a fazer. Isto porque, se houver necessidade disso, sei que estou a actuar dentro da legalidade e na defesa dos direitos do povo português. Repito, torná-lo-ci a fazer com todo o prazer.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Miguel.

O Sr. Vasco Miguel (PSD): — Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, o combate aos clandestinos (segunda habitação) tem sido uma das mais corajosas atitudes deste e do anterior governo na área do ambiente e dos recursos naturais.

Por me situar numa zona onde, infelizmente, proliferam os clandestinos, é evidente que desde sempre tenho tentado acompanhar todo o evoluir dessa situação com a maior atenção. Muito se tem dito e escrito sobre este tema sem que esta Assembleia tivesse tido até este momento acesso a uma série de elementos que refutam de extrema importância para, concreta e claramente, podermos apreciar todo o trabalho desenvolvido e a desenvolver nesta área pelo Governo.

Só um deputado devidamente municiado pode actuar em plenitude dentro e fora do Parlamento no cumprimento da função para que foi mandatado. Nesta perspectiva vou colocar uma série de questões que, a serem respondidas, dar-nos-ão os dados suficientes para colmatar alguns desconhecimentos que eventualmente tenhamos.

Sr. Secretário de Estado, qual o balanço das acções de demolição das construções clandestinas de segunda habitação no litoral? Quantas barracas foram demolidas, qual o custo dessa demolição e qual a área de espaço limpo conseguido?

Se o Governo quer continuar com estas acções, qual a estratégia e, se possível, quais as novas áreas que pensa recuperar?

As câmaras municipais, como é óbvio, têm estado ligadas a todo este processo. Tem o Sr. Secretário de Estado recebido por parte destas toda a colaboração solicitada?

Sr. Secretário de Estado, tenho a noção da dificuldade das respostas a algumas destas questões.

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — Nem por isso!

O Orador: — Porém, em meu entender, os dados pretendidos serão necessários para o conhecimento e esclarecimento efectivo desta temática. Assim, gostaria de ver estas questões respondidas por V. Ex.^a

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais: — Sr. Deputado Vasco Miguel, em matéria de demolição de clandestinos muito se tem dito e escrito. Porém, importa dizer também a esta Assembleia da República quais as razões que nos levaram a isso e o que se tem feito nesse campo desde o dia 14 de Outubro de 1986 até hoje.

Vou tomar a liberdade de, antes de mais, explicar a razão de fundo que nos leva a essa acção. E essa razão de fundo é muito clara e é a seguinte: o litoral português tem 800 km de qualidade, de áreas sensíveis, de praias, de espaços que nos pertencem a todos nós, do espaço que há muito tempo foi designado como «domínio público marítimo».

É um facto que somos 10 milhões de portugueses, que têm direito a ver o mar, a ir à praia e a gozar desses valores estéticos e paisagísticos. Fazendo uma matemática simples e com algum humor chegamos à conclusão de que cada um dos 10 milhões de portugueses, nos 800 km de território, teria direito a 8 cm de espaço litoral. Quando algum cidadão, com latas, tábuas e zincos constrói uma barraca com uma frente de praia, que privatiza, com 7 ou 8 m, no mínimo está a usurpar os direitos e os deveres de 40 ou 50 cidadãos que também têm direito a ver o mar. Ora, isso não pode ser e por isso temos actuado! E não pode ser, não só por esta razão tão evidente e tão simples, como pelo facto de esses milhares de construções clandestinas não terem qualquer tratamento de águas, de lixos e, como tal, são zonas conspurcadas, tristes, insalubres e onde há uma promiscuidade e uma ilegalidade que não são consentâneas com a qualidade, com a promoção do turismo e da imagem que queremos dar do litoral português.

Nestas circunstâncias, muitas pessoas prometeram tirar os clandestinos destas zonas. Ao longo de muitos anos muitos metros quadrados de páginas de imprensa foram objecto de destaque, até que no final de 1986 eu, no exercício de uma outra função, e o engenheiro Carlos Pimenta, como Secretário de Estado do Ambiente e dos

Recursos Naturais do governo anterior, dissemos claramente que, de uma vez por todas, tinha de se iniciar algo muito concreto nesse campo.

Assim, em estreita e íntima colaboração com a Câmara Municipal de Setúbal, com a Direcção-Geral de Portos e com a Direcção-Geral das Florestas, iniciámos operações no Portinho da Arrábida e, a partir daí até hoje, já se concretizaram nove operações, 2500 clandestinos foram retirados, os Portugueses ficaram com mais 10 km de praias limpas e com meio milhar de hectares de espaço litoral perfeitamente limpo e em condições de ser utilizado em qualidade.

No entanto, devo ainda dizer que estão em curso outras operações que decorrerão nos próximos meses. É conhecido que há poucos dias, por consenso com a Câmara Municipal de Almada e outros organismos, se concretizou uma estratégia para limpeza do litoral da Caparica, mais concretamente toda a região da Fonte da Telha. Aquilo que lá se passa, a dois passos de Lisboa, é inadmissível. Aquela espaço vai ser limpo.

O mesmo se vai fazer em relação a outras áreas igualmente sensíveis, como seja o litoral da Marinha Grande, a zona da Lagoa de Santo André, algumas áreas da ria Formosa ou do litoral de Espoende.

É inadmissível que o litoral esteja conspurcado e cheio destas construções, que são impensáveis num país civilizado, respeitador da lei e que quer ter um litoral de qualidade.

Estas operações têm os seus custos: tiveram os seus custos iniciais de carácter político, que passaram pela ameaça e pela afronta àquelas que subscreveram e coordenaram essas operações, e têm custos económicos que nos dizem respeito a todos. Até hoje estas operações custaram mais de 70 000 contos, dinheiro que é de todos nós e que tem sido investido nessa matéria. Contudo, eu — e creio que todos nós — preferia que esse dinheiro fosse investido em acções de informação e de actuação ambiental que evitasse que as novas gerações fizessem esse tipo de construções, que ocupassem anarquicamente esse espaço tão sensível e ecologicamente tão importante.

É isso que nos anima, é isso que nos move e é isso que certamente iremos fazer no futuro.

Creio que, no essencial, respondi às questões que o Sr. Deputado Vasco Miguel colocou. Devo ainda clarificar que com as câmaras municipais tem havido o melhor entendimento possível, facto que é garante de que no futuro estas operações — tal como referi há alguns dias — vão deixar de ser notícia. Foram grande notícia a princípio, mas a posição da lei e o ordenamento do litoral devem ser uma tarefa comum e deixarão de ser notícia pelo facto de não ser incomum a concretização destas acções.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Miguel.

O Sr. Vasco Miguel (PSD): — Sr. Presidente, não pretendo propriamente pedir esclarecimentos, pois a resposta que o Sr. Secretário de Estado deu satisfaz perfeitamente as questões que apresentei ...

O Sr. Presidente: — Mas essa é a única figura regimental que V. Ex.^a poderá utilizar, Sr. Deputado.

O Orador: — Sr. Secretário de Estado, aproveite a oportunidade para colocar uma nova questão.

Essa incidência de acções na zona do litoral não resol em absoluto o que se pretende em termos de ambiente. Aproveitando a oportunidade de o Sr. Secretário de Estado estar presente, gostaria que dissesse que acções de retaguarda é que pretende implementar no sentido de que estas acções do litoral resultem perfeita e concretamente.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais: — Sr. Deputado Vasco Miguel, é evidente q estas acções não são o objectivo prioritário da política ambiente, pois incluem-se num objectivo genérico, que é de o ordenamento do litoral. Para esse efeito não n importa apenas demolir, retirar, mas sim concretizar ur política preventiva e de desenvolvimento para o litoral português.

Nesse sentido, vários outros mecanismos estão e curso, como sejam os planos de ordenamento para algum dessas áreas, concretamente em relação ao litoral de todo Algarve, consoante foi recentemente anunciado pe Sr. Ministro do Planeamento e Administração do Território, e em relação a outras áreas litorâneas sensíveis ess planos estão também em desenvolvimento. Isso vem d concretização a uma política antecipativa, que é a que privilegiamos em relação a estes aspectos.

Urge resolver problemas como os que temos no litor do Algarve, no litoral Norte, na Póvoa do Varzim, litoral de Viana ou do Grande Porto. Porém, muitos dess problemas são difíceis de resolver de uma forma curativa terapêutica. O que sobretudo nos importa é resolver p antecipação e por prevenção.

Por isso, a demolição é um acto excepcional, um ac que não deve ser regra. Aquilo que deve ser regra é planeamento e o ordenamento antecipativo desses espaços. É assim que nós, em articulação com as câmaras municipais, com as comissões de coordenação regional e outros organismos, vamos desenvolver esses planos ao longo dc próximos anos, para que depois todos nos possamos revi-los, cumpri-los e aplicá-los para que os mamarrachos, aberrações e aquilo que nos conspurca e destrói a paisagem em particular do litoral, não tenham razão de ser.

Tenho dito — e repito em termos de conclusão — q todo nós gostamos muito do nosso país, dos seus diferentes valores do interior e do litoral, todos nós gostamos muito do litoral, pois ele é, de algum modo, a face sorridente d País, aquela face tão agradável e onde todos nós gostamos de passar uns momentos, porque o mar repousa, descansa, uma fonte de inspiração e é uma fonte da história portuguesa que queremos respeitar, admirar e assegurar sua qualidate.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está terminada agenda da sessão plenária de hoje.

A próxima reunião plenária terá lugar no dia 8, 15 horas, com período de antes da ordem do dia. Da ordem do dia consta a apreciação do projecto de lei n.º 188/V, d iniciativa do PRD, PS, PCP e Os Verdes, sobre a garantia dos direitos das associações das mulheres.

Está encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 55 minutos.

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados :***Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Adriano Silva Pinto.
 António José Caeiro da Mota Veiga.
 António Manuel Lopes Tavares.
 Carlos Miguel M. de Almeida Coclho.
 Cecília Pita Catarino.
 Dinah Serrão Alhandra.
 Fernando José Alves Figueiredo.
 Flausino José Pereira da Silva.
 Jaime Gomes Milhomens.
 Joaquim Eduardo Gomes.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 Luís Manuel Costa Geraldos.
 Luís Manuel Neves Rodrigues.
 Margarida Borges de Carvalho.
 Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.
 Nuno Francisco F. Deleure Alvim de Matos.
 Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.
 Recinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rui Alberto Limpo Salvada.
 Victor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Guilherme Manuel Lopes Pinto.
 José Manuel Torres Couto.
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Helena do R. da C. Salema Roseta.
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Ricardo Manuel Rodrigues Barros.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Manuel Balseiro Amaro.
 Carlos Alfredo Brito.
 Carlos Campos Rodrigues Costa.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Maria Luisa Amorim.
 Maria de Lurdes Dias Hespanhol.
 Maria Odete Santos.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Hermínio Paiva Fernandes Martinho.
 Isabel Maria Costa Ferreira Espada.

Centro Democrático Social (CDS):

Basílio Adolfo de M. Horta da Franca.

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:***Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

António José de Carvalho.
 António Maria Pereira.
 António Roleira Marinho.
 Arlindo da Silva André Moreira.
 Arménio dos Santos.

Carla Tato Diogo.
 Carlos Alberto Pinto.
 Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
 Carlos Matos Chaves de Macedo.
 Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
 Francisco Mendes Costa.
 Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.
 João Maria Ferreira Teixeira.
 José Júlio Vieira Mesquita.
 José Mário Lemos Damião.
 José Pereira Lopes.
 Luís António Martins.
 Manuel Albino Casimiro de Almeida.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel Joaquim Batista Cardoso.
 Manoel Maria Moreira.
 Maria Manuela Aguiar Moreira.
 Mário Jorge Belo Maciel.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.

Partido Socialista (PS):

Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 António José Sanches Esteves.
 António Magalhães da Silva.
 António Manuel Oliveira Guterres.
 António Miguel Moraes Barreto.
 Armando António Martins Vara.
 Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
 Edmundo Pedro.
 João Barroso Soares.
 João Cardona Gomes Cravinho.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

Partido Comunista Português (PCP):

António da Silva Mota.
 Cláudio José dos Santos Percheiro.
 Manuel Rogério Sousa Brito.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Natália de Oliveira Correia.
 Rui José dos Santos Silva.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):

Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

Rectificação ao n.º 46, de 29 de Janeiro de 1988

No sumário, p. 1664, col. 2.º, l. 7, onde se lê «João Corregedor da Fonseca (ID), Costa Andrade (PSD)» deve ler-se «João Corregedor da Fonseca (ID), João Cravinho e Almida Santos (PS), Costa Andrade (PSD)».

OS REDACTORES: José Diogo — Cacilda Nordeste.

DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunicar-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá efectuar-se até ao final do mês de Janeiro, no que se refere às assinaturas anuais ou para as do 1.º semestre, e até 31 de Julho, para as que corresponderem ao 2.º semestre.

2 — Preço de página para venda avulso, 48; preço por linha de anúncio, 86\$.

3 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

4 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 96\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida a administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex